

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS**

**“ESTUDO DA DINÂMICA TERRITORIAL RURAL:
A IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA
BARRA GRANDE NO PLANALTO SUL CATARINENSE”.**

POR

SABRINA MENDES BOEIRA

Florianópolis, setembro de 2006.

SABRINA MENDES BOEIRA

**“ESTUDO DA DINÂMICA TERRITORIAL RURAL:
A IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA
BARRA GRANDE NO PLANALTO SUL CATARINENSE”.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Agroecossistemas, Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Professora Dra. Karen Follador Karam.
Orientadora

Professor Dr. Ademir Antonio Cazella.
Co-orientador

Florianópolis
2006

FICHA CATALOGRÁFICA

BOEIRA, Sabrina Mendes

Estudo da Dinâmica Territorial Rural – A implantação da usina hidrelétrica Barra Grande no planalto sul catarinense.

Florianópolis, 2006.

103f.

Orientadora; Karen Follador Karam

Co-orientador; Ademir Antonio Cazella

Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

1. Dinâmica Territorial 2. Atores Sociais 3. Usina Hidrelétrica.

TERMO DE APROVAÇÃO

SABRINA MENDES BOEIRA

**“ESTUDO DA DINÂMICA TERRITORIAL RURAL:
A IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA
BARRA GRANDE NO PLANALTO SUL CATARINENSE”.**

Dissertação aprovada em 14/09/2006 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

Dra. Karen Follador Karam (Ufsc)
Orientadora

Dr. Ademir Antonio Cazella (Ufsc)
Co-orientador

Luiz Carlos Pinheiro Machado Fº.
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Agroecossistemas – PGAGR/UFSC

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Sandro Luiz Schlindwein
Membro Ufsc

Dr. Clécio Azevedo da Silva
Membro Ufsc

Dr. Ademir Antonio Cazella
Membro Ufsc

Luiz Carlos Pinheiro Machado Fº.
Membro Ufsc

Florianópolis, 14 de setembro de 2006

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho de pesquisa se tornou possível pela soma de colaborações preciosas, tanto de pessoas como de instituições, e é a elas que sou grata.

Karen Follador Karam, minha orientadora, que acompanhou todas as etapas da pesquisa, e, incansável, fez várias leituras de forma minuciosa, além de sugestões valorosas. Especialmente, sou grata, por sua postura profissionalmente ética e essencialmente humana.

Os professores Maria José Reis e Ademir Antônio Cazella (Kito), co-orientador deste trabalho, que contribuíram de maneira especial ao longo do período de pesquisa, com sugestões e críticas, disponibilizaram bibliografia e apoiaram ainda a realização das saídas de campo e do estágio docência.

André Sartori e sua companheira Rosana, Dona Nena e Iraci, entre outras pessoas entrevistadas, que disponibilizaram seu tempo e histórias, colaborando para a construção da pesquisa.

Soraya Nór e Leila Cristina Dias pela disponibilização de material bibliográfico valioso.

Os colaboradores das bibliotecas do Centro de Educação e Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina que prestaram auxílio atencioso na lida com a bibliografia.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) que apoiou através de bolsa de pesquisa o desenvolvimento da mesma.

À amiga Teresinha Dala Riva, pelo apoio solidário em diversas situações.

Por fim, também sou grata aos meus pais Deli Regina e João Boeira pelo exemplo de vida que sempre foram e são, pelo apoio e carinho sempre recebidos. Agradeço ao Wladson Dalfovo pelo companheirismo irrestrito, e à Sara Mendes Boeira Lopes (minha princesa), por toda paciência e compreensão que foi capaz de ter nos últimos tempos.

“Assim, se corremos o risco de sermos ofuscados quando incapazes de perceber os ardis da alienação, não corremos menor risco quando incapazes de ver ou ouvir o inédito sob a carapaça do costumeiro”

Marilena Chauí.

À
meus pais,
Deli e João.

RESUMO

Esta dissertação investiga o processo de reorganização do território rural do planalto sul catarinense, deflagrado quando da implantação da Usina Hidrelétrica Barra Grande. Procurou-se entender a ação dos atores sociais locais no contexto de um processo de negociação instaurado para a instalação da hidrelétrica, tomando como ferramenta a idéia da dinâmica de “Territorialização - Desterritorialização - Reterritorialização”. Por meio do levantamento de dados secundários, da observação direta de eventos da sociedade civil organizada, da realização de entrevistas semi-estruturadas e guiadas, identificou-se os atores sociais envolvidos e sua forma de atuação, sendo posteriormente sistematizadas as informações obtidas com a aplicação das técnicas, de mapa de sistemas e diagrama de influências. Foram consideradas as relações sociais entre os atores em todo o processo de negociação. Os resultados do trabalho indicam que a ação de alguns atores sociais como Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, entidades religiosas e ambientalistas são fundamentais para a garantia de direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores rurais atingidos por barragens. É possível inferir que sua presença e atuação foram e permanecem ainda sendo significativas para a população do planalto sul catarinense, e especialmente, para as comunidades atingidas pela construção da hidrelétrica Barra Grande, uma vez que contribuiu para garantir sua participação no processo de reorganização do próprio território. No entanto, esta articulação não garantirá, por si só, uma orientação do processo de reterritorialização do espaço rural voltada ao desenvolvimento territorial. O processo de desenvolvimento territorial rural exige a articulação integrada entre, pelo menos, a maioria dos atores sociais presentes no território rural, e esta situação não foi encontrada no tecido social do meio rural em estudo. Entende-se que a orientação do processo de desenvolvimento do planalto sul catarinense encontra barreiras a serem superadas, de forma que se faz necessário fortalecer as relações sociais que constroem seu tecido social, estreitando especialmente, as articulações entre a sociedade civil organizada e as instituições governamentais e político administrativas.

Palavras Chave: território rural, atores e relações sociais, desenvolvimento territorial.

ABSTRACT

This study investigates the organization process of the rural territory in the southern elevated plains of Santa Catarina state during the implementation of Barra Grande Hydroelectric Plant. The current research sought to understand the actions taken by the local, social agents within the context of the negotiation process initiated by this hydroelectric plant, and adopting as a tool for analysis the dynamic notions of “Territorilization”, “Deterritorilization”, and “Reterritorilization”. By means of a survey of secondary data, direct observation of the organized civil society’s events, and guided semi-structured interviews, the social agents involved as well as their practices were identified. The information obtained was then systematized with the application of techniques, system maps, and influence flowcharts. The social relations between agents were taken into consideration throughout the negotiation process, and the results indicated that the actions taken by some social agents such as Non-Governmental Organizations (NGOs), social movements, religious entities, and environmentalists were vital to guarantee the rights that have been historically won by rural workers being affected by dams. It is possible to infer that this presence and participation of the social agents were and still remain meaningful for the population of southern elevated plains in Santa Catarina, especially for those communities affected by the construction of Barra Grande Hydroelectric Plant, since they have contributed to guarantee the participation of those communities in the reorganization process of their own territory. This articulation in its own, however, will not guarantee an orientation of the “reterritorilization” process of the rural area towards territorial development. The process of rural territory development requires at least the integrated articulation among most social agents present in the rural territory, and this situation was not detected in the rural, social context investigated. The orientation of the development process in the south elevated plains of Santa Catarina is understood as presenting barriers to be overcome in that it is necessary strengthen the social relationships that construct the social tissue, especially narrowing down, the articulation between the organized civil society and the governmental, political, administrative institutions.

Keywords: rural territory, agents and social relations, territorial development.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| RESUMO..... | 08 |
| ABSTRACT..... | 09 |
| LISTA DE SIGLAS..... | 11 |
| LISTA DE FIGURAS | 12 |
| LISTA DE TABELAS | 13 |
| | |
| INTRODUÇÃO..... | 14 |
| I) Elementos para a Reflexão Teórica..... | 21 |
| II) Procedimentos Metodológicos..... | 29 |
| | |
| CAPÍTULO 1 – PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA E IMPLICAÇÕES NO MEIO RURAL..... | 36 |
| 1.1 Reorganização Territorial a partir da Negociação entre Atores Sociais..... | 41 |
| 1.2 Liberalização, Privatização e “Novos” Atores em Cena..... | 45 |
| 1.3 As UHEs na Região Estudada..... | 47 |
| | |
| CAPÍTULO 2 – O TERRITÓRIO RURAL DA UHE BARRA GRANDE..... | 52 |
| 2.1 Pecuária e Extrativismo..... | 54 |
| 2.2 Estagnação e Êxodo..... | 57 |
| 2.3 As Especificidades do Território Estudado..... | 60 |
| | |
| CAPÍTULO 3 – A DINÂMICA DE TERRITORIALIZAÇÃO, (DES) TERRITORIALIZAÇÃO E (RE) TERRITORIALIZAÇÃO DO PLANALTO SUL CATARINENSE..... | 68 |
| 3.1 Dinâmica Territorial..... | 70 |
| 3.1.1 Territorialização - Tecido Social Local..... | 70 |
| 3.1.2 (Des)-Territorialização - Divulgação e Sensibilização..... | 76 |
| 3.1.3 (Re)-Territorialização - Araucárias e Turbinas..... | 83 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 93 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 97 |
| ANEXOS..... | 103 |

LISTA DE SIGLAS

AAFEAG - Associação de Agricultores Familiares Ecologistas de Anita Garibaldi

AMURES - Associação de Municípios da Serra Catarinense

ANEEL - Agencia Nacional de Energia Elétrica

BAESA - Barra Grande Energética S.A.

CENEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A.

CRAB - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens

ENGEVIX - Engevix Engenharia Ltda.

ELETROBRAS - Centrais Elétricas do Brasil

ELETROSUL-Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A.

ETS - Energia, Transporte e Saneamento Ltda.

FEEC - Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses

GERASUL - Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional

STR-AG - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anita Garibaldi

UHE - Usina Hidrelétrica

VIANEI - Centro Vianeí de Educação Popular

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----------|
| FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA EM ESTUDO..... | 20 |
| FIGURA 2 - APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE MAPA DE SISTEMAS E DIAGRAMA DE INFLUÊNCIAS..... | 33 |
| FIGURA 3 - UHES NA BACIA DO RIO URUGUAI EM SANTA CATARINA..... | 49 |
| FIGURA 4 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL- SDR/LAGES | 55 |
| FIGURA 5 - ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA E INDIRETA DA UHE BARRA GRANDE..... | 61 |
| FIGURA 6 - MUNICÍPIOS CATARINENSES QUANTO AO SEU IDS- 2001..... | 65 |
| FIGURA 7 - ARRANJO DO TECIDO SOCIAL DO TERRITÓRIO RURAL DADO, ORIGINADO A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA UHE BARRA GRANDE..... | 75 |
| FIGURA 8 - ARRANJO DO TECIDO SOCIAL DO TERRITÓRIO RURAL DADO NO PERÍODO DE 1995 A 2001- “DIVULGAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO” | 82 |
| FIGURA 9 - ARRANJO DO TECIDO SOCIAL DO TERRITÓRIO RURAL DADO NO PERÍODO DE 2001 A 2005 - “ARAUCÁRIAS E TURBINAS” | 92 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----------|
| TABELA 1 - POPULAÇÃO TOTAL E POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO (1970, 1980, 1991 E 2000)..... | 63 |
| TABELA 2 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA TOTAL, POR EXTRATOS DE ÁREA (1995/1996)..... | 64 |
| TABELA 3 - NÚMERO DE PESSOAS POBRES E INDIGENTES POR MUNICÍPIO (2000)..... | 66 |
| TABELA 4 - DADOS DO CADASTRO SÓCIO ECONÔMICO -CSE..... | 77 |

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado, elaborada no Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, investiga a reorganização de um território rural do planalto sul catarinense, deflagrada quando da implantação da Usina Hidrelétrica Barra Grande, e procura entender a ação dos atores sociais locais no contexto de um processo de negociação instaurado para a instalação da hidrelétrica, tomando como ferramenta a idéia da dinâmica territorial de “territorialização - desterritorialização - reterritorialização”, (à luz de uma teoria do desenvolvimento territorial). Nesta introdução, apresenta-se a problemática de pesquisa, os elementos para a reflexão teórica e os passos metodológicos dados para a sua realização.

Os maiores potenciais técnicos aproveitáveis de energia hidráulica no mundo, para produção de energia elétrica, estão nos países da antiga União Soviética, China, Índia e Brasil. Esta situação permite ao Brasil manter sua matriz energética baseada na produção pela via hidráulica, desde fins do século XIX, quando foram instaladas as primeiras usinas geradoras. Atualmente, cerca de 83% da energia elétrica produzida no país é proveniente desta fonte natural.

No ano de 1961, o Estado Brasileiro criou a Central Elétrica Brasileira S/A – Eletrobrás, a qual veio a ser efetivamente instalada no ano de 1962, juntamente com suas subsidiárias regionais, o que possibilitou manter a estrutura do setor elétrico nacional sob o comando da empresa pública. A partir da criação da Eletrobrás a geração de energia manteve-se quase que exclusivamente sob a responsabilidade de empresas estatais.

A partir de então, são construídas inúmeras Usinas Hidrelétricas - (UHEs)¹ no país. Entre as décadas de 1960 e 1980, foram alagados cerca de 24 mil Km², que correspondem a 0,28% do território nacional. Estima-se que, nesse período, em torno de 153.000 pessoas

¹Doravante quando tratar-se de Usinas Hidrelétricas as mesmas serão designadas pela sigla UHE.

precisaram ser deslocadas de seus locais de origem, para dar lugar aos grandes empreendimentos hidrelétricos.

Ao optar por assegurar a produção de energia através da construção de grandes aproveitamentos hidrelétricos², o Estado garantiu as condições necessárias à produção capitalista, tornando-se ao mesmo tempo “promotor e ator da industrialização” (NÓR, 2001:39). No entanto, a adoção desta postura não se deu sem ônus sociais, sobretudo nas zonas rurais.

A produção de energia via grandes UHEs tem requerido a inundação de vastas extensões de terras e de outros recursos naturais. Isso tem implicado não só na redução de alternativas de apropriação do espaço rural, como em uma gama de interferências nocivas que tem provocado, ao mesmo tempo, modificações bruscas de ciclos biológicos e ecológicos e de aspectos socioeconômicos e culturais. Estes últimos, marcados pela realocação de inúmeras famílias rurais. Além disso, a forma de planejamento e execução dos projetos, por parte do setor elétrico nacional, tem como marca o centralismo, o autoritarismo e a prepotência nas decisões (REIS, 1998), bem como a desconsideração dos interesses das populações rurais atingidas. Esta dinâmica exclui quaisquer possibilidades de participação democrática da sociedade civil, causando a desestruturação de seu tecido social e, muitas vezes, ameaçando a reprodução enquanto grupo social das famílias implicadas.

Do início da década de 1960 até fins da década de 1980, o rearranjo de áreas rurais onde se deu a implantação de UHEs, resultou principalmente da ação das populações atingidas, organizadas ou não em movimentos sociais em busca de assegurar seus direitos sobre o uso da terra e defender-se do processo expropriatório promovido pelo Estado.

²São consideradas UHEs de grande porte as barragens com altura entre o ponto mais baixo da fundação e a crista superior a 15m ou inferior, mas com 500m de uma extremidade a outra. Entre as décadas de 1960/80 foram construídas mais de 60 delas, muitas com medida acima de 100m. A maior delas é a Itaipu Binacional com 196m de altura (Muller, 1995: 28).

No final da década de 1980, a construção de novas UHEs estava suspensa, devido a uma certa estagnação do setor elétrico que começou a passar por um processo de reformulação, o qual resultou em uma privatização parcial do mesmo ainda na primeira metade da década de 1990.

Com a privatização do setor, vários consórcios de empresas privadas habilitaram-se a implantar novos aproveitamentos hidrelétricos, deslocando-se da área de distribuição para a de geração de energia, até então capitaneada pelo Estado. Assim, com a retomada do crescimento e expansão do setor elétrico, ressurgiu a característica conflituosa do processo de implantação de UHEs no meio rural, porém com outras especificidades.

Dentre elas, está o fato das populações sujeitadas a receber novas UHEs em suas áreas passarem a negociar seus direitos com os consórcios de empresas privadas. Estas, ao assumir o compromisso de instalar os novos empreendimentos, assumem a responsabilidade pela realocação da população atingida, bem como pela adoção de medidas mitigatórias aos municípios atingidos.

Quanto ao espaço do entorno das UHEs, atualmente têm sido levantadas diferentes possibilidades de uso tanto da área em torno dos lagos formados para a geração de energia, como dos próprios lagos com a finalidade de fomentar o desenvolvimento local. Algumas das atividades propostas estão relacionadas ao turismo, ao lazer, e ao transporte hidroviário, e ainda ao desenvolvimento da aquicultura continental, entre outras atividades.

Contudo, estes são processos controversos e impregnados de inúmeros conflitos, conforme demonstram alguns autores, em trabalhos recentes, como Santos e Nacke (2001) e Baggio (2003), que estudaram a implantação das UHEs Machadinho e Quebra-Queixo, no estado de Santa Catarina. Estes estudos demonstram que a postura das empresas privadas vem se revelando deficiente no que tange as suas responsabilidades sociais e ambientais, decorrentes da implantação das novas UHEs.

A reprodução de práticas anteriormente utilizadas pelas empresas estatais como a ausência de informação às comunidades atingidas, negociação individual e prioridade da indenização em dinheiro, em detrimento do reassentamento coletivo, além de desconhecimento por parte dos consórcios de empresas das características e particularidades das regiões atingidas, foi observada como uma situação recorrente.

Os autores anteriormente citados enfatizam ainda, que permaneceram negligenciados os interesses dos cidadãos em geral e, em particular, das minorias indígenas e camponesas, por parte das empresas privadas.

Dessa forma, em resposta à postura das empresas privadas, as comunidades atingidas vêm se organizando para estabelecer novas estratégias e alianças, bem como resgatar formas já abandonadas de articulação no processo negociatório, para assegurar conquistas anteriores³.

Portanto, as áreas solicitadas para a instalação de UHEs se constituem em verdadeiras arenas de disputas políticas, envolvendo diversos interesses e atores sociais, exigindo agora a negociação direta entre a iniciativa privada, prefeituras municipais, entidades de classe - como associações e sindicatos; entidades ambientalistas e religiosas, movimentos sociais rurais, empresas prestadoras de serviços e a população atingida direta e indiretamente.

Considerando o atual contexto político energético brasileiro e a direta relação entre transformações locais e externas, a questão central desta pesquisa é compreender como se dá a influência de grandes projetos de infraestrutura em áreas rurais, no que tange a ação de diferentes atores sociais. Assim, a pergunta que norteia este estudo é a seguinte: mesmo que projetos de construção de UHEs se mantenham sendo concebidos de forma centralizada, o processo de sua implantação é capaz de provocar o efeito de mobilização de forças/agentes sociais que venham a fomentar o desenvolvimento territorial?

³As principais conquistas foram: a indenização de suas propriedades (inclusas as benfeitorias nelas constantes) por outras propriedades na mesma região e o reconhecimento de famílias de agricultores não proprietários, mas sim posseiros como “atingidos” e, portanto, também com direito de serem indenizados.

Com o propósito de superar as generalizações sobre a temática da implantação de grandes projetos de infraestrutura, as relações e o processo de negociação entre os atores sociais foram analisados a partir de uma teoria do desenvolvimento territorial⁴. Conforme sugere Vainer (1990), essa perspectiva é orientada pela articulação entre os atores não apenas em escala local, mas de forma transescalar.

Portanto, este trabalho tem como objetivo geral investigar como está se dando a dinâmica de reorganização da zona rural do planalto sul catarinense onde é instalada de forma descendente e autoritária a UHE Barra Grande.

O ponto de partida para a investigação foi identificar e conhecer os atores sociais envolvidos direta e indiretamente na implantação da usina, as relações que se desenrolaram entre eles e as repercussões de tais relações no território rural estudado. Os seguintes objetivos específicos foram estabelecidos para responder ao objetivo e à questão norteadora do estudo:

1) Identificar os atores sociais presentes na área rural em questão e compreender como ocorre sua organização e atuação em relação à implantação da hidrelétrica.

2) Analisar de que forma a atuação dos atores sociais identificados implica, em ações inovadoras que fomentem o desenvolvimento territorial.

A área onde se situa este estudo está indicada na Figura 1, a seguir. Na região apontada, localiza-se a UHE Barra Grande, que ocupa parte do leito do rio Pelotas, em uma área formada por quatro municípios no estado do Rio Grande do Sul: Pinhal da Serra, Esmeralda, Vacaria e Bom Jesus; e cinco de Santa Catarina: Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, Capão Alto e Lages.

No entanto, a unidade de análise deste trabalho é o meio rural compreendido por quatro dos cinco municípios catarinenses atingidos: Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul e Capão Alto. A opção por esses municípios é pelo fato de se acreditar que as

⁴A perspectiva do desenvolvimento territorial se encontra explicitada mais adiante nesta mesma introdução.

interferências na área rural catarinense se concentram nos mesmos, sendo praticamente ínfimas as pertinentes ao quinto município atingido (Lages). Isso decorre, também, da exigüidade do tempo destinado à realização da pesquisa de campo. Com isto não está se desconsiderando o fato de que Lages é um dos maiores pólos regionais de desenvolvimento, localizados no interior do estado, centralizando instituições públicas e empresas privadas que exercem muita influência nos municípios do seu entorno, como os que aqui estão em estudo.

Cabe ainda destacar que, dentre os quatro municípios catarinenses citados, será dada ênfase ao município de Anita Garibaldi porque nele se encontra a sede da empresa construtora e de outras empresas prestadoras de serviço, além de concentrar maior parte da área alagada pelo reservatório, sofrendo mais intensivamente os impactos decorrentes da obra.

A importância deste estudo, dentre outras coisas, justifica-se pelo fato desta região rural periférica, pertencer a Bacia do rio Uruguai, a qual será palco da instalação de outras dezesseis novas UHEs nos próximos anos. Portanto, pretende-se colaborar na reflexão sobre as possibilidades de rearranjo do território rural estudado, da região hidrográfica dessa bacia, e sobre a mudança na concepção de projetos dessa natureza. O desafio, segundo nossa ótica, consiste em passar de uma visão setorial a uma concepção territorial do desenvolvimento, que pressupõe a compreensão da articulação intersetorial de mediadores.

Cabe destacar que esta pesquisa se insere na linha de investigação “Desenvolvimento Rural e Atores Sociais”, do Mestrado em Agroecossistemas, cuja principal preocupação é analisar os processos em curso no meio rural catarinense e brasileiro pela perspectiva territorial, enfatizando o papel da agricultura familiar como um dos atores centrais em ação. A pesquisa integra ainda o projeto de pesquisa “Desenvolvimento Territorial Sustentável em Zonas Rurais do Estado de Santa Catarina⁵”.

⁵Este projeto é conduzido por pesquisadores do Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas (PGAGR), do Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGSP), parceiros internacionais da Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales (Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain/CRBC), do Centre de Coopération internationale em recherche agronomique pour le developpement/CIRAD, e da Université François Rabelais de Tours.



ESCALA
1:160.000.000

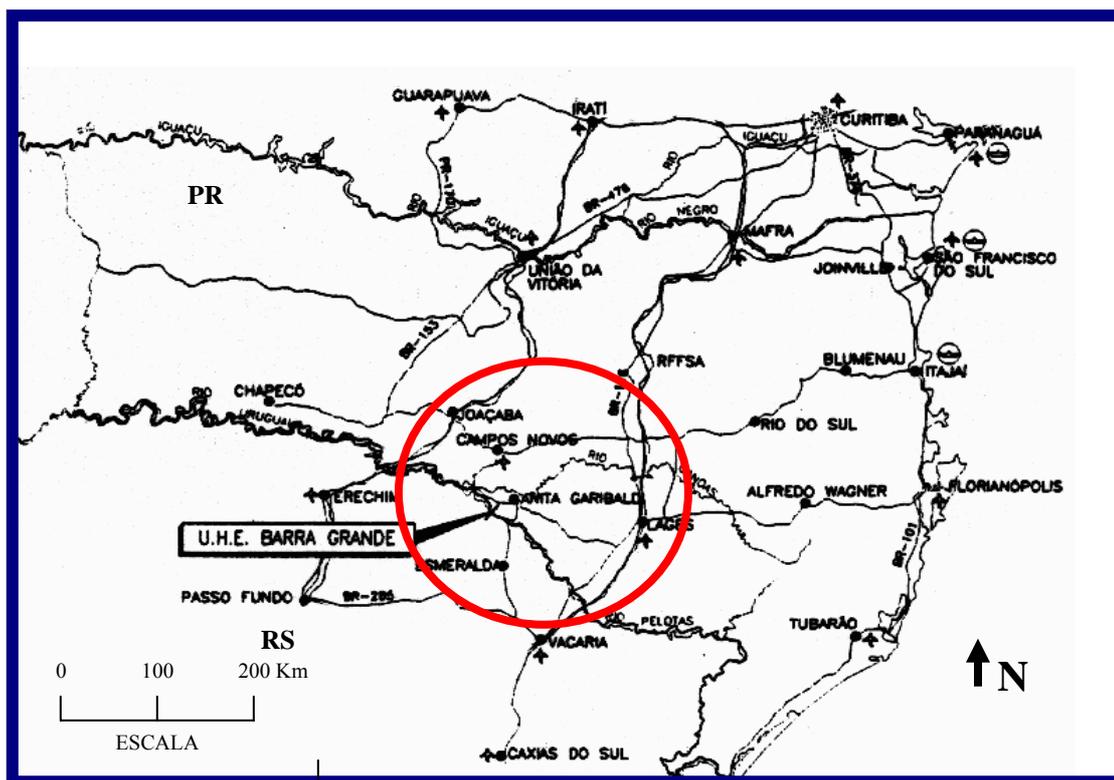


FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA EM ESTUDO

FONTE: Adaptação de Nór (2001) e Estudo de Impacto Ambiental, Engevix (1998a).

I) ELEMENTOS PARA REFLEXÃO TEÓRICA

A partir da questão que orienta o trabalho de pesquisa explicitada anteriormente, investigar a influência da implantação de grandes empreendimentos no meio rural sobre a ação de atores sociais locais- apresenta-se os elementos da reflexão teórica que dá suporte à pesquisa.

As noções orientadoras deste trabalho exigem a reflexão do que se entende por território, sua dinâmica de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R), bem como de desenvolvimento territorial.

Conforme SOUZA (2003:82), o termo território é muitas vezes confundido com a noção de espaço, espaço social, ou com “uma percepção bastante rígida do que seja a realidade em tela”. Esta noção é portadora de caráter polissêmico e vem sendo adotada por distintas linhas teórico-conceituais para o estudo de problemas sociais também diversos, especialmente aqueles com viés espacial.

A partir da década de 1960, a discussão sobre o conceito de território tomou corpo, sobretudo nas ciências sociais, numa perspectiva voltada à interdisciplinaridade, sendo que o esforço maior tem sido feito pela Geografia. A síntese elaborada por HAESBAERT (2004) apresenta as concepções de território, considerando o seu uso. Elas podem ser elencadas nas linhas natural, política, cultural e econômica. Estas linhas, por sua vez encontram-se em uma fundamentação filosófica com perspectivas materialistas ou idealistas. Nestas últimas, o conceito de território está vinculado, respectivamente, ao espaço físico, à terra e às determinações econômicas e políticas, de um lado, e à consciência e seu valor no sentido simbólico, de outro.

Em que pese o atual caráter polissêmico do termo, trata-se da mais recente orientação teórica da Geografia, que possibilita considerar o território como uma das categorias fundamentais para a compreensão da complexidade social do espaço e da sociedade. Neste

sentido, a definição de MILTON SANTOS (2001:22) enfatiza que o território é utilizável como uma ferramenta para a análise social “só quando considerado a partir de seu uso, a partir do momento que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam”.

Não é intenção neste trabalho aprofundar o estudo da noção de território *per si*, mas sim utilizá-la como um instrumento norteador da análise para alcançar os objetivos propostos, considerando a complexidade que envolve a dinâmica de reorganização territorial decorrente da implantação de projetos de infraestrutura no meio rural.

Levando em conta a complexidade e condição da permanente construção em torno da noção de território, a mesma foi tomada numa perspectiva integradora, onde a síntese das partes que constituem o território como um todo, é pano de fundo ou amálgama na organização do espaço vivido pelos grupos sociais.

Disso decorre a relevância em conhecer os atores sociais implicados na área de abrangência da UHE Barra Grande, compreender como estão organizados e como atuam em relação ao empreendimento que impacta o meio rural onde vivem. Ou seja, não se está analisando especificamente uma parte, seja física ou ambiental, mas principalmente as relações sociais as quais envolvem conteúdos culturais, econômicos e políticos.

Neste sentido é relevante a contribuição de HAESBAERT (2004), quando destaca a característica híbrida do território por se encontrar entre o mundo material e o ideal, entre a natureza e a sociedade, e ainda poder apresentar-se como um ato, uma ação, um ritmo, ou um movimento, (de territorialização e desterritorialização), que se repete e sobre o qual se exerce diversas formas de controle.

Assim, observada a condição de movimento do território, de constante vir a ser, e de construção permanente pelo exercício do poder, entende-se como importante incorporar, complementarmente, à investigação, a idéia da dinâmica de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R), e as idéias de *Território Dado e Território*

Construído desenvolvidas por Pecqueur (2004). Essas últimas consideram os territórios respectivamente, a partir de sua delimitação e constituição de maneira formalizada, (divisões administrativas, por exemplo), e de sua constituição de maneira não formalizada, decorrentes da ação de atores sociais minimamente articulados. Assim sob um mesmo Território Dado podem coexistir vários Territórios Construídos, mais ou menos, articulados entre si.

Para BLUME (2005:05), o enfoque na T-D-R para leitura de dinâmicas sociais que ocorrem no espaço rural permite a “flexibilidade para averiguar as articulações dos processos territoriais que conformam **permanências, rupturas, simetrias e assimetrias no tempo e no espaço**”. Esse enfoque contempla a ruralidade, sem que se perca a referência espacial e escalar dos acontecimentos. (*grifos nossos*).

Ainda segundo esse autor a territorialização se dá a partir do espaço, sendo realmente efetivada no momento em que se estabelecem relações de pertencimento (posse material e simbólica) sobre esse espaço. Ela se constitui “nas impressões digitais, na identidade de determinada comunidade, cristalizando-se com o transcorrer do tempo na sua história” (op.cit, p.06).

Portanto, assumimos aqui que a territorialização é o momento no qual o espaço se torna território, através dos diferentes usos que os grupos sociais fazem de um espaço. Tais usos são, por sua vez, entendidos como o exercício de territorialidades, as quais segundo BRITO (2004:36), constituem “um processo social que envolve um feixe de inter-relações mediadas por acordos entre os distintos agentes que se interessam por algum (s) tipo (s) de objeto (s) comuns a eles localizados numa dada porção do espaço geográfico que se torna território”.

Em síntese, a territorialização é a formação do território pelo exercício das diferentes territorialidades dos atores presentes no tecido social. Esta noção ajuda a refletir sobre o processo de apropriação e formação do território rural.

A partir da noção de territorialização se torna possível compreender um conjunto de características do meio rural como o meio ambiente, seu processo de ocupação ao longo do tempo, a existência de ciclos econômicos, a formação da estrutura fundiária e do tecido social atual. A compreensão do processo de territorialização é um meio de se obter subsídios para a avaliação dos impactos da implantação de empreendimentos, como é o caso das hidrelétricas.

A idéia de desterritorialização como parte da dinâmica da T-D-R decorre das muitas mudanças que vêm ocorrendo na sociedade e na economia mundial.

De acordo com CASTRO (2005:03), a construção de grandes empreendimentos de infraestrutura se integra em mercados que se organizam em cadeias transnacionais e que afetam “de uma forma ou de outra, os territórios e seus atores locais”. A partir da década de 1990, com a retomada do processo de implantação de hidrelétricas no país, voltaram a ocorrer diversas transformações no meio rural em sua escala local, impulsionadas pelos impactos desses empreendimentos.

Assim, a retomada da construção de UHEs provocou alterações no espaço físico e desconfiguração do tecido social de territórios rurais. Isso se deve ao processo de exclusão sócio-espacial a que as populações atingidas são submetidas, o que caracteriza o quadro típico de uma dinâmica desterritorializadora de caráter compulsório.

Sendo a territorialização a constituição de um território pelo exercício da territorialidade de seus atores sociais, a dinâmica da desterritorialização é seu movimento contrário. Ou seja, é o impedimento do exercício da territorialização que rompe e/ou desconfigura a identidade do próprio território. Como parte da dinâmica territorial, a desterritorialização, assim com a territorialização e a desterritorialização, se evidencia através das relações sociais ligadas à esfera do poder.

Em áreas onde se tem a construção de empreendimentos de infraestrutura de grande porte, o poder socioeconômico e político, via de regra, se concentra entre os proprietários do

empreendimento e os potenciais beneficiários indiretos, como empreiteiras e demais empresas prestadoras de serviços, os quais sob o argumento e jurisprudência legal impõem uma migração aos demais grupos sociais. Nestas condições, onde a compulsoriedade é determinante para a migração, a desterritorialização vai apresentar algumas singularidades.

Segundo HAESBAERT (2004), a condição de compulsoriedade imprime singularidade ao processo de desterritorialização sendo que este é um processo altamente complexo e diferenciado. Na tentativa de compreendê-lo, deve-se considerar as classes socioeconômicas e grupos culturais envolvidos, bem como os níveis de sua desvinculação com o território.

No caso em estudo, além da compulsoriedade, a forma de construção da UHE decorre de práticas históricas, com tomadas de decisões de forma centralizada e descendentes, praticamente sem nenhuma discussão com a sociedade civil. Estas são especificidades de um processo de desterritorialização que será objeto da investigação.

Finalmente, dentro da dinâmica de T-D-R, cabe mencionar a re-territorialização. Segundo BLUME (2005), no centro da re-territorialização, assim como na desterritorialização, está a idéia de conflito. No entanto, na dinâmica de re-territorialização, está presente também a idéia da negociação. Situações de conflito entre grupos sociais em disputa por diferentes usos do território geralmente geram um processo de negociação.

Em áreas rurais atingidas pela construção de hidrelétricas, esta negociação vai ocorrer diretamente entre os atores sociais locais e a empresa construtora do empreendimento. Negociando entre si e com novos grupos sociais, os atores envolvidos passam a influenciar diretamente no processo de reorganização do território, ou em sua re-territorialização, estabelecendo novo conjunto de regras e normas sociais para apropriação e uso do próprio território.

BLUME (op. cit. p.10) destaca que este momento da dinâmica territorial é importante por que, “além de promover o debate no sentido de reforçar certas práticas territoriais, também faz emergir forças de resistência”. Entende-se então que, na ação de resistência à desterritorialização os atores reterritorializam seu espaço.

No meio rural envolvido na construção de uma UHE, a conseqüente re-territorialização pode se constituir em um processo gerador de novas formas de apropriação política do território pelos atores sociais locais. Do processo de re-territorialização surgem novas territorialidades.

Assim, o engajamento dos atores sociais do planalto sul catarinense no processo de implantação da UHE Barra Grande, a re-territorialização do espaço rural pode gerar possibilidades de reapropriações políticas por parte desses atores, que podem ser favoráveis ou não ao desenvolvimento territorial.

Assim como a noção de T-D-R colabora para problematização deste estudo, é pertinente considerar aqui a abordagem de Pecqueur (2004) sobre “territórios dados” e “territórios construídos”.

Para esse autor, as relações sociais caracterizam e dão identidade ao espaço. Quando um grupo de atores locais se organiza para resolver um problema comum se tem um território construído. As delimitações formais ou político-administrativas correspondem à noção de território dado. Segundo essa abordagem, sob um território dado vários territórios construídos podem coexistir. A maior ou menor articulação entre eles varia em cada situação e depende do grau de organização institucional dos atores sociais envolvidos. Além disso, os territórios construídos não obedecem, necessariamente, o recorte geográfico dos territórios dados.

A título de exemplificação, as Secretarias Regionais de Desenvolvimento-(SDR), criadas recentemente em Santa Catarina⁶, podem ser consideradas como sendo territórios

⁶A partir de 2002, o governo de Santa Catarina adotou um processo de descentralização político-administrativo que subdividiu o estado em 30 Secretarias de Desenvolvimento Regional.

dados. De outro lado, pode se entender como um território construído, também em Santa Catarina, a iniciativa de diversos atores da sociedade civil do planalto serrano em torno da organização de um arranjo produtivo de caráter agroecológico. Este território construído envolve a ONG Vianeí, a Ecoserra e a Ecovida, sendo estes últimos, grupos de associados que praticam a agroecologia e aos quais algumas prefeituras encontram-se também associadas. Ainda no planalto serrano, encontra-se um outro território construído, que é aquele formado em torno de cooperativas de crédito como a Cresol e outras, ligadas ao sistema Sicoob⁷. Este é um território que se construiu a partir do esforço em se promover inclusão financeira de parcela de atores e habitantes dessa região⁸.

Outro exemplo de território construído é encontrado na região do Rio Grande do Sul, conhecida como Vale dos Vinhedos. Nessa região, onde a base das atividades produtivas se dá sobre a vitivinicultura, emerge um território construído pela ação de proprietários de cantinas locais e demais atores locais em torno de seus interesses comuns⁹.

Tais noções ajudam a pensar o caso em estudo, focando a delimitação formal da área em torno da hidrelétrica, a qual passa a sofrer transformações decorrentes de sua construção. Esta delimitação fica evidente, quando da elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impactos Ambientais, referentes ao empreendimento.

A importância da perspectiva de Pecqueur é que, ao operacionalizar tais noções, ele sugere que a partir da delimitação formal é possível identificar, no território dado, recursos territoriais específicos. Esses recursos podem, por ação de seus atores sociais, transformarem-se em ativos e fomentar significativamente o desenvolvimento territorial.

⁷A Cresol é uma Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária ligada a ONG e Sindicatos Rurais progressistas e o Sicoob é o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, que mantém vínculo com o cooperativismo tradicional representado pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

⁸Ver CAZELLA, Ademir A. (2004).

⁹Ver FLORES Murilo (2006).

Tanto a dinâmica da T-D-R como as noções de territórios construídos e dados auxiliam na discussão relativa à temática do desenvolvimento territorial, que é onde se encontra a questão central desta pesquisa. Neste sentido, é relevante destacar o que se entende por desenvolvimento territorial.

Desenvolvimento e território são dois termos que foram classicamente abordados em campos científicos distintos: território pelas ciências sociais e desenvolvimento pelas ciências econômicas. A aproximação dos mesmos passou a ocorrer quando trabalhos de cunho econômico incorporaram a perspectiva espacial em suas análises. Isso se deu no período após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, esse processo é mais recente, tendo seu início na década de 1980.

O esforço foi no sentido de dissociar o conceito de desenvolvimento do economicismo a que estava fortemente atrelado, buscando ampliar seu entendimento, possibilitando assim novas abordagens.

As raízes desse debate se encontram nas proposições de François Perroux e Celso Furtado, feitas nas décadas de 1940/50, e vão emergir com maior vigor ao longo da década de 1980. A partir daí diversos países passam a operar tal fusão a partir do conceito de desenvolvimento local, concretizado através de leis de descentralização político-administrativa.

Uma contribuição particular nesse domínio está ligada às experiências dos distritos industriais italianos ou da “Terceira Itália”, onde a presença de várias pequenas e médias empresas mantinham também um forte vínculo com as potencialidades territoriais.

A concepção de desenvolvimento focada em prerrogativas espaciais chama a atenção para o papel das coletividades locais e regionais, na retomada do desenvolvimento, e engendra a possibilidade de superação do crescimento econômico por si só, pois mantém seu foco nos recursos territoriais.

O desenvolvimento territorial, então, é resultado das relações entre os atores de forma cooperada, os quais embora tendo interesses antagônicos, buscam encontrar áreas de convergência em novos projetos. Nesta concepção, o território é considerado uma construção histórico-social, em permanente construção. O território passa a ser então considerado locus de desenvolvimento.

Os atores sociais locais são capazes de negociar e estimular uma valorização coletiva de atributos locais ou recursos específicos, conforme seus processos de aprendizado, decorrentes da utilização de estratégias e da vivência em práticas coletivas na busca da resolução de seus conflitos e diferenças socioprodutivas (Sabourin, 2002). Diante desta perspectiva é que se busca conhecer a situação vivenciada na região rural onde se implantou a UHE Barra Grande (localizada no planalto serrano catarinense).

A investigação em curso pretende identificar os atores, conhecer as relações que mantém entre si, e com a empresa responsável pela construção da hidrelétrica. No decorrer do processo de investigação, procurou-se identificar se há e quais são os elementos que apontam para limitações e potencialidades à construção de um processo direcionado ao desenvolvimento territorial e, nesse sentido, os seguintes procedimentos metodológicos foram adotados para executar a pesquisa.

II) PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo como meta responder a questão a que se propõe esse estudo, com seu objetivo geral e específicos, e a partir da orientação teórica explicitada, é que se definiu os procedimentos metodológicos a serem adotados na pesquisa.

Em um primeiro momento, fez-se uma revisão da literatura referente ao setor elétrico nacional e às transformações ocorridas no mesmo nas últimas décadas, as quais o levaram a um processo de privatização. Essa revisão se justifica pela necessidade de entendimento das

características do processo de produção de energia, as quais passam a refletir no espaço rural e nas relações dos atores nele envolvido.

Concomitantemente, elaborou-se a caracterização do meio rural onde a UHE Barra Grande foi implantada. Para tanto foram realizados levantamentos de dados secundários, estudos, relatórios e pesquisas referentes à zona de abrangência da hidrelétrica.

Ao mesmo tempo em que se trabalhava os dados secundários, iniciou-se a etapa de coleta de dados primários. O primeiro contato com a região ocorreu no mês de julho de 2004, com a duração de três dias, quando se percorreu os municípios e áreas atingidas num processo de reconhecimento do espaço objeto da investigação.

Nesse momento foram realizadas quatro entrevistas abertas, com informantes-chaves, representantes dos seguintes grupos de atores sociais: entidades públicas, político-administrativas e institucionais, organizações privadas e organizações da sociedade civil.

Na oportunidade, foram entrevistados um representante da Associação de Municípios da Região Serrana Catarinense (AMURES) e o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento da Prefeitura de Anita Garibaldi (PMAG); um responsável pela empresa Energia, Transporte e Saneamento (ETS), contratada para realizar o remanejamento da população atingida, e uma liderança do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Nesta etapa, as entrevistas se deram com a intenção de colher dados junto à representantes e responsáveis pelas instituições, que possibilitassem um entendimento sobre a atuação daquelas organizações, as quais representavam, no processo de implantação da UHE Barra Grande e das demais hidrelétricas na região serrana.

Procurou-se saber sobre suas atividades de modo geral e sobre parcerias para projetos de desenvolvimento a médio e longo prazos. Além disso, buscou-se informação referente ao processo de identificação das famílias rurais que teriam de ser deslocadas, bem como sobre a

forma de negociação para compensá-las. A partir desta caracterização foram organizadas as fases de campo seguintes.

Durante três dias, do mês de novembro, do mesmo ano, ocorreu a segunda etapa de campo. Nesta o objetivo foi identificar os atores sociais, conhecer sua forma de organização e atuação no tecido social, bem como identificar qual sua relação no processo de implantação da hidrelétrica, buscando perceber se havia indícios de ações voltadas ao desenvolvimento territorial.

Durante essa segunda fase foram realizadas seis entrevistas, a partir de um roteiro pré-estruturado, com os seguintes atores: lideranças do MAB no estado de Santa Catarina, representantes da Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses (FEEC), e membros de famílias de trabalhadores rurais, atingidos pela construção da hidrelétrica.

Cabe destacar que nesta etapa se acompanhou dois eventos da sociedade civil organizada. Uma reunião entre o MAB (da qual participaram lideranças do movimento dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e entidades ambientalistas, no município de Vacaria/R.S., e o protesto em forma de acampamento, de alguns agricultores atingidos, na margem catarinense do rio Uruguai. Este ato tinha o propósito de impedir o corte da mata ciliar e, indiretamente, o enchimento do reservatório da hidrelétrica.

No acompanhamento destes eventos, a atitude de pesquisa adotada foi a de observação, registrando o máximo de ocorrências que interessavam ao trabalho sem tomar parte do objeto em estudo. Tal postura que é considerada por Richardson (1999:260) como a “técnica de observação não participante”.

Ao final desta etapa, além de se ter uma caracterização inicial dos atores, possibilitada pela observação dos eventos descritos, foi possível compreender seu posicionamento no processo negociatório, e as parcerias que vieram a se estabelecer posteriormente entre eles.

O terceiro momento da pesquisa de campo se deu durante cinco dias do mês de abril de 2005. Nessa oportunidade foram realizadas oito entrevistas semi-estruturadas. Entrevistouse os Secretários de Planejamento e Desenvolvimento das Prefeituras de Lages, de Anita Garibaldi, de Campo Belo do Sul e de Capão Alto e responsáveis técnicos da empresa Barra Grande Energética S.A. (BAESA).

No campo de representantes da sociedade civil, foram entrevistados técnicos responsáveis pelo Centro Vianei de Educação Popular¹⁰, o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Anita Garibaldi (STR-AG) e membros da Associação de Comunidades da Vila Petry. Essa associação está situada no município de Anita Garibaldi, e foi uma das primeiras comunidades rurais a participar de projetos compensatórios efetuados por parte da empresa construtora.

Num quarto e último momento do trabalho de campo, durante cinco dias do mês de julho de 2005, outras seis entrevistas foram realizadas para complementar a etapa anterior. Dessa vez, foram entrevistados responsáveis técnicos da Secretaria Regional de Desenvolvimento (SDR-Lages), AMURES, STR-AG, Associações das Comunidades Rurais “Lagoa da Estiva” e “São José”, Associação de Agricultores Familiares Ecologistas de Anita Garibaldi (AAFEAG) e o Prefeito de Anita Garibaldi.

Parte das informações e dados coletados nos trabalhos em campo foram sistematizados por meio das técnicas de mapa de sistemas e diagrama de influências. Elas são utilizadas para distinguir as fronteiras de um sistema de interesse, bem como os componentes deste sistema e do “meio”, em um determinado momento.

A técnica de mapa de sistemas consiste na elaboração de um organograma, no qual são representados os elementos envolvidos em um sistema de interesses. Por sua vez, o diagrama

¹⁰ O Centro Vianei de Educação Popular é uma organização não governamental criada na década de 1980 no município de Lages por ex assessores do Governo Municipal de Dirceu Carneiro e por agentes da ala progressista da Igreja Católica, em especial aqueles ligados à Comissão Pastoral da Terra-(CPT), possui significativa importância no tecido social do planalto sul catarinense.

de influências é a expressão das relações que se estabelecem entre os elementos do sistema, a partir de seus interesses.

A seguir, apresenta-se na Figura 2, uma visualização da metodologia aplicada.

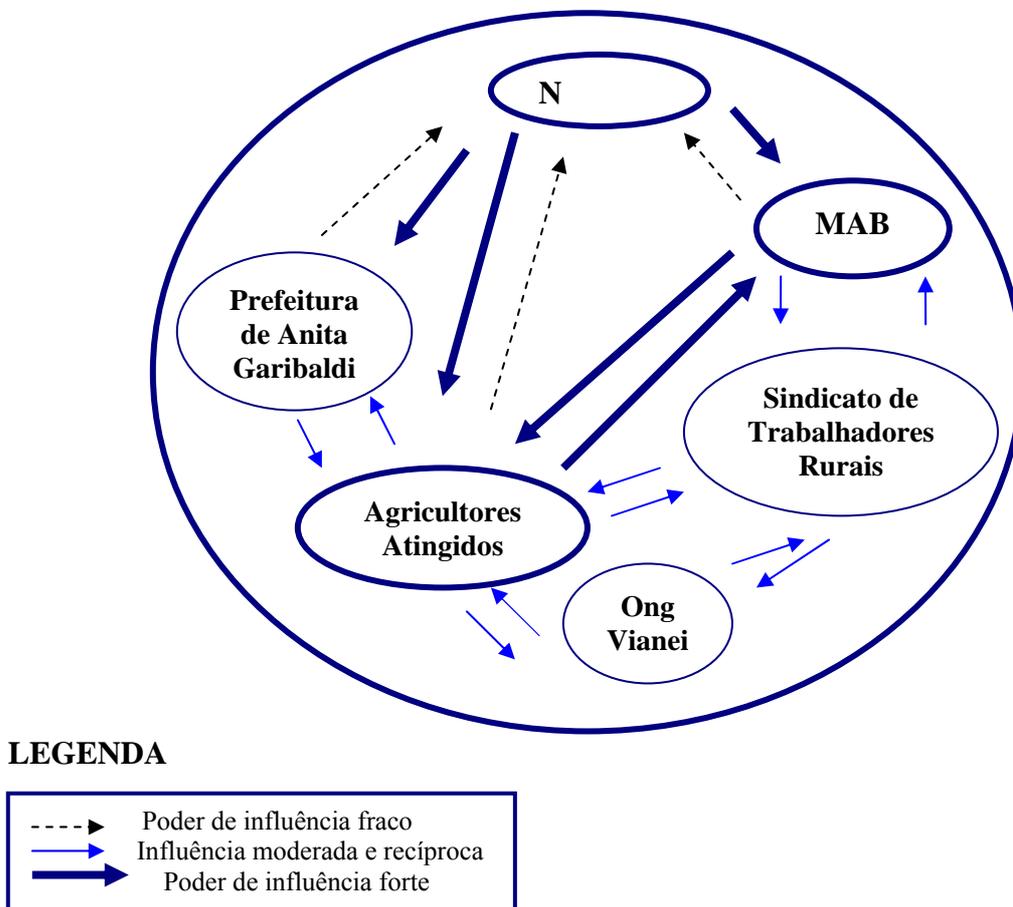


FIGURA 2 – Diagrama de Influências do Sistema de Interesses: Implantação da UHE Barra Grande

FONTE: Trabalho de campo, 2006.

A elaboração do mapa de sistemas e do diagrama de influências tornou possível uma melhor visualização de cada ator e da dinâmica de relações estabelecidas entre eles durante o período investigado. A partir desta identificação e da análise de dados colhidos nas entrevistas, nas quais o foco do roteiro destinou-se a perguntar sobre qual a opinião a respeito da construção da UHE, como era a forma de relacionamento com o empreendedor e com os demais atores sociais, tornaram-se evidentes pontos em comum na postura e atuação desses

atores. Passou-se então a considerá-los não mais individualmente, mas em grupos, devido a suas afinidades políticas e interesses comuns.

Num grupo, tem-se o empreendedor e demais empresas privadas prestadoras de serviço para o mesmo. Em um outro grupo estão as instituições governamentais, como as Prefeituras dos municípios envolvidos, a SDR-Lages, e a AMURES. Ainda, um outro grupo é formado por instituições não governamentais os quais representam a sociedade civil organizada, como o movimento social organizado pelos atingidos por barragens, o MAB, movimentos militantes da causa ecológica como a FEEC e a Ong Vianeí.

A identificação e consideração da ação dos atores em grupos permitiu identificar os elementos para refletir sobre o objetivo central do trabalho, que é verificar se projetos de infra-estrutura podem representar a dinamização de processos voltados ao desenvolvimento territorial, a partir da desconstrução-construção de relações sociais.

Este trabalho está organizado em três capítulos principais, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo apresenta-se a contextualização do processo de implantação de UHEs no país ao longo do tempo, focando o momento de entrada da iniciativa privada na área de geração de energia.

O segundo capítulo consiste no resgate da constituição histórica da região do planalto sul catarinense, buscando destacar os atores sociais presentes em seu tecido social. Atenção especial é dada às prováveis razões para a situação atual de precariedade sócio-econômica de uma parcela importante da população local em relação ao estado de Santa Catarina. A análise da estrutura fundiária e do processo de exclusão social de determinados grupos de agricultores familiares contribuem para a compreensão desse quadro sócio-econômico regional.

O terceiro capítulo discute os resultados da pesquisa de campo. Nele se aborda os atores sociais em cena, suas inter-relações, bem como a dinâmica de reorganização do território rural.

Nas considerações finais, reflete-se sobre a influência da construção do empreendimento no processo de desenvolvimento da área atingida e também sobre o processo de reorganização de áreas rurais, deflagrados pela instalação de empreendimentos de grande porte, em especial, hidrelétricas.

CAPÍTULO 1 – PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA E IMPLICAÇÕES NO MEIO RURAL

O processo de implantação da UHE Barra Grande iniciou em 1995, com a outorga, por parte do Estado, para a sua construção e exploração pelo Grupo de Empresas Associadas Barra Grande (GEAB). Diante da proposta de apreender e avaliar o processo em curso no território rural onde a mesma se encontra instalada, é necessário que se compreenda o contexto mais amplo que envolve o setor elétrico nacional, em particular, o papel da iniciativa privada e as populações rurais atingidas.

Com a instalação da Eletrobrás e de suas subsidiárias, em 1962, consolidou-se a estruturação do setor elétrico nacional sob o comando da iniciativa pública. Gradativamente, os empreendimentos de duas empresas estrangeiras atuantes no país, a canadense The São Paulo Railway Light and Power Co. (LIGHT) e a American & Foreign Power Company (AMFORP), subsidiária do grupo americano Electric Bond and Share, foram sendo incorporados ao conjunto de empreendimentos estaduais e federais (Lima, 1983).

As transformações de ordem tanto institucionais quanto da escala técnica de produção, iniciadas ainda no segundo governo de Getúlio Vargas e implementadas no início da década de 1960, “reorganizam o setor com as empresas públicas direcionadas primordialmente para investimentos no parque gerador de eletricidade e as empresas privadas para o setor da distribuição de energia” (op. cit. pg.133).

Em meados da década de 1960, o setor elétrico se organizava de tal forma que a Eletrobrás se constituía em uma agência de planejamento setorial na forma de *holding*,

controlando quatro empresas regionais¹¹ e, indiretamente, cinquenta e sete estaduais e ou locais, bem como os demais órgãos coligados ao setor elétrico (Rebouças, 2000). Dessa forma, a Eletrobrás se constituiu no “portentoso aparelho de planejamento, controle e gestão dos sistemas de produção de energia elétrica no conjunto do território nacional” (Vainer e Araújo apud Reis 1998:44).

Tal condição possibilitou a construção de UHEs de grande porte durante a década de 1970. A opção pelos aproveitamentos hidrelétricos de grande porte se deveu, em grande parte, pelo fato do Brasil possuir o quinto maior potencial técnico de aproveitamento hidrelétrico do mundo (ANEEL, 2002:18). Além disso, a produção hidroenergética é relativamente barata se comparada à produção térmica e nuclear.

O pano de fundo que orientou as definições do setor esteve diretamente relacionado à necessidade de equacionamento dos problemas energéticos brasileiros daquele período e ao esforço do Estado em implementar as diretrizes desenvolvimentistas traçadas no Segundo Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND)¹². Tal condição é tão relevante que Moraes (1996) define o setor elétrico como o “ponto nevrálgico do desenvolvimento capitalista no país”, naquele período.

O Estado, então, assume a função de garantir as condições políticas e sociais necessárias à produção capitalista. Passa a atuar como ator da industrialização, como “promotor direto ou por meio de investimentos em condições gerais do processo de produção social, em um período onde o capital privado nacional era débil e o capital estrangeiro não tinha interesse em investir no país” (Nór, 2001).

¹¹A ELETROBRÁS controlava as quatro grandes empresas regionais: ELETRONORTE, CHESF, FURNAS e ELETROSUL, as quais por sua vez, controlavam as demais empresas do setor elétrico em escala estadual e local.

¹²Esse Plano, elaborado em 1974 para o período de 1975/79, foi voltado a superar a tardia industrialização brasileira e tinha como uma de suas diretrizes “a montagem de um novo Padrão de Industrialização, no qual o comando da dinâmica da economia localizar-se-ia na indústria de base” (Carlos Lessa apud Lima 1995:114).

A adoção desta postura pelo Estado brasileiro não se deu sem ônus sociais. A produção de energia, via grandes UHEs, requer a inundação de vastas extensões de terras e de outros recursos naturais. Isso implicou, inicialmente, na redução de alternativas disponíveis de apropriação do próprio território (Sigaud, 1992) e, posteriormente, em uma gama de interferências, em sua maioria nocivas ao mesmo.

Vários autores enfatizam a necessidade de se evitar as generalizações sobre os impactos ambientais (Bloemer, 2000; Reis, 1998; Sigaud, 1992), entretanto, é possível agrupar as transformações compulsórias presentes em grande parte de projetos hidrelétricos. Com a inundação de milhares de quilômetros quadrados se destacam as seguintes transformações compulsórias que ocorrem: submersão da fauna e da flora; modificação brusca de ciclos biológicos e ecológicos; alterações climáticas em nível micro e macro; e do ponto de vista social, o deslocamento maciço de populações e comunidades ribeirinhas compostas, sobretudo, por grupos indígenas e camponeses (Rebouças, 2000:19).

A forma como foram planejados e executados os projetos do setor elétrico, durante as décadas de 1960/70, serviu para complexificar as implicações ligadas a esses empreendimentos. A centralidade e o autoritarismo nas decisões excluíram qualquer possibilidade de participação democrática, por parte das populações rurais atingidas e da sociedade civil como um todo. A tensão “natural”¹³ resultante da presença de distintos projetos de apropriação e significação do mundo material, agudizou-se nestas situações.

Segundo Reis (1998:46), a postura das empresas estatais responsáveis pela construção dos aproveitamentos hidrelétricos é marcada pelo autoritarismo e prepotência. Esse tipo de postura, “intensificou a ocorrência e intensidade dos conflitos por acarretar em descaso e irresponsabilidade pelas implicações sociais deste tipo de investimento”.

¹³ Os conflitos pela posse da terra e pela apropriação dos frutos do trabalho nela empregado remontam o período de dominação do território nacional e acabam tornando-se naturalizados pela banalização de sua existência (Martins, 2004).

Com a agudização dos conflitos, fruto da atuação autoritária das empresas estatais, a opção do Estado para solucioná-los foi a de fazer uso da força de forma violenta, reprimindo as manifestações de descontentamento e reivindicação das populações rurais atingidas. Sabe-se que essa forma de ação não se configura uma situação exclusiva dos processos de instalação de UHEs.

Se “... a violência é varias vezes um sintoma de perda de poder”, (Arendt apud Souza, 2003:78), o uso da violência por parte do Estado, (Martins, 1984), foi a saída encontrada em diversas situações no campo brasileiro, quando se acentuou o esvaziamento de seu poder e ocorreu um recrudescimento das tensões. Além da violência física Martins, (op. cit.) também destaca violência do alijamento das entidades de representação dos pequenos produtores rurais, como sindicatos e partidos políticos.

Para Acselrad e Silva (2004), a postura autoritária do Estado não apenas desqualificou a atuação política dos grupos sociais atingidos, como também reduziu as diversas implicações sócio-ambientais à simples aquisição patrimonial de bens, via ação jurídica.

Nestas condições foram construídas várias UHEs, em todo território nacional, tais como: a UHE de Tucuruí (PA), entre 1976/84, deslocando cerca de 30.000 pessoas (Rebouças, 2000:19), UHE de Sobradinho (BA), entre 1973/78, deslocando cerca de 70.000 pessoas (Sigaud,1992:18), a UHE Binacional Itaipu (PR), entre 1972/82, deslocando aproximadamente 43.000 pessoas (Germani, 2003: 53), além das UHEs de Salto Santiago (PR), Passo Real (RS), Itaparica (PE), Balbina (AM), Itá (SC/RS), entre outras.

Tal contexto é alterado no final da década de 1970, quando as economias capitalistas centrais passam por condições adversas e registram taxas negativas de crescimento econômico, conduzindo a economia mundial e nacional a um ciclo recessivo. No Brasil, verifica-se nesse período um lento processo de abertura política, o qual propiciará

gradualmente um ambiente favorável à reorganização da sociedade civil e o início de um processo de privatização de vários setores da economia nacional.

Ainda, diante de um Estado autoritário e centralizado, a sociedade começará a se expressar de diversas formas. Segmentos sociais até então ofuscados pelo ciclo de regimes político-autoritários estabelecido com o golpe militar de 1964, voltam a participar do cenário político nacional (Navarro, 1996).

Com a promulgação da nova Carta Constituinte, em 05 de outubro de 1988, criou-se um aparato jurídico capaz de salvaguardar direitos de segmentos sociais marginalizados, ampliando as oportunidades políticas dos movimentos sociais. Esses movimentos se tornarão, então, um forte canal de manifestação dos interesses sociais.

No meio rural, Rothman (1996:107) cita como fatores relevantes desta participação a “aceleração das desigualdades sócio-econômicas, as conseqüências da modernização conservadora da agricultura brasileira e da agroindustrialização, a expansão dos projetos hidrelétricos faraônicos e da dívida externa, a abertura política controlada e a resistência popular ao autoritarismo”.

Em razão disso, surgem, no final da década de 1970 e início da de 1980, muitos movimentos sociais, como o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), Movimento Justiça e Terra (MJT), Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMTR).

Segundo Navarro (1996), estes movimentos podem ser considerados como respostas às diferentes formas de opressão e a natureza do desenvolvimento capitalista em áreas rurais. Embora nascidos separadamente como resposta a situações particulares, pode-se considerar que são resultados de um mesmo processo, que estão, portanto, interligados.

Os movimentos originários da sociedade rural abriram espaço para novas possibilidades de criação de direitos e de representação para as populações rurais, especialmente por seu público alvo potencial e área geográfica de atuação terem muitas vezes coincidido. Dentre tais possibilidades pode se considerar a conquista da realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) para a construção de UHEs e o pagamento de indenizações (Royalties) aos municípios onde as mesmas são instaladas, como resultantes do processo de articulação daqueles movimentos.

No caso de atingidos por barragens, esse resgate torna possível a compreensão da evolução na conquista dos direitos das populações rurais, mais especificamente quanto à posse e uso da terra e efetivação de formas de assentamento que melhor contemplassem suas necessidades.

Dentre os movimentos sociais rurais que emergiram no final da década 1970 encontra-se a CRAB. Sua atuação pode ser definida como “... a luta de pequenos e médios produtores agrícolas, proprietários ou não, ameaçados de expulsão pela *limpeza de terreno* que permite o enchimento de grandes lagos artificiais” (Vainer,1996:1039).

Dessa forma, a emergência e atuação desta organização como ator social, em alguns territórios rurais atingidos pela construção de UHEs, representou a possibilidade de agricultores e trabalhadores rurais garantirem as condições básicas para sua reprodução enquanto grupo social, bem como de reorganização dos seus territórios construídos.

1.1 REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL A PARTIR DA NEGOCIAÇÃO ENTRE ATORES SOCIAIS

Em 1979, com a organização de comunidades rurais realocadas compulsoriamente para a implantação das UHEs de Itaipu e Itá, iniciou-se a organização da CRAB, cujo embrião

foi gestado em paralelo aos movimentos MASTRO e MJT, no oeste do Paraná. Em 1984, a CRAB redefine sua ação ampliando-a nacionalmente e passando à denominação de Movimento dos Atingidos por Barragens¹⁴.

Segundo Reis (1998), o objetivo de garantir o acesso à terra e a possibilidade de reprodução social dos “atingidos”, enquanto pequenos produtores rurais, foi a base da atuação do MAB, no embate direto com o Estado. O movimento foi responsável pela redefinição de novas normas de conduta para o processo de construção de aproveitamentos hidrelétricos no país, nas décadas seguintes.

A autora destaca que a apropriação e ressemantização do termo “atingido”, permitindo a construção de uma entidade coletiva capaz de proporcionar definição, questionamento e ampliação de direitos, incluiu pequenos produtores que não detinham a propriedade da terra, como posseiros e arrendatários. Esta inclusão lhes deu a “legitimidade de causa” necessária para poder buscar o acesso à indenização anteriormente negada.

A inclusão de indenizações do tipo “terra por terra” e reassentamentos coletivos, que em alguns casos são implantados e coordenados pelos próprios atingidos, são também importantes conquistas do movimento. Além disso, Bloemer (2001), lembra que neste período a pressão de agências internacionais de financiamento como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento somaram-se à pressão exercida pelas populações atingidas pelos grandes empreendimentos, parte da sociedade civil e ONGs, tornando obrigatória a execução de Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), bem como a aprovação de licenciamento para novos aproveitamentos hidrelétricos realizada por órgãos ambientais independentes do setor elétrico.

Dessa forma, as diferentes estratégias de pressão dos atingidos por barragens sobre o Estado, no sentido de exigir determinadas normas de conduta que lhes permitisse garantir seus

¹⁴Tal denominação está relacionada à criação de uma instância “executiva” (Reis 1998:54). Vainer (1996) considera esta abertura para o “nacional” como uma superação positiva da forte referência regional/territorial do movimento; uma abertura à busca de alianças e propostas globais.

direitos de uso da terra, deixa claro que há diferentes formas de apropriação do espaço e de modelos de desenvolvimento.

Como bem ressalta Vainer (1993), quando da implantação de um empreendimento de infra-estrutura de grande porte, verifica-se uma gama de relações conflituosas nas esferas intra e inter escalares, tanto no plano nacional quanto local, que passam a interferir no arranjo do espaço. No entanto, como lembra Reis (1998), esta situação que é extremamente complexa, passa a se expressar e ser entendida de forma simplista, como um relacionamento assimétrico, com a confrontação de apenas duas lógicas que seriam diferentes e conflitantes: a lógica da empresa construtora e a lógica das populações locais.

Um dos motivos para a expressão simplificada de uma situação tão complexa quanto esta, conforme Serra (1989), resulta da leitura de um conflito potencial, entre interesses “nacionais”, que seriam os legitimados pelo Estado, e os locais, das populações atingidas pela obra. Esta leitura superficial da questão mascara uma complexidade social na qual estão inseridos diversos grupos com seus diferentes interesses.

Dos vários grupos e atores presentes em regiões onde ocorre a implantação de um aproveitamento hidrelétrico, Bartolomé (1983) destaca as instituições financeiras nacionais e internacionais, a corporação responsável pela execução do empreendimento, empresas de consultoria e as populações locais e regionais. Na realidade brasileira, destaca-se, ainda, a relevância da participação de instituições mediadoras como a Igreja Católica e os Sindicatos Rurais (Reis, 1998).

Assim, estes ambientes rurais vão sendo construídos por relações conflituosas, num campo de forças e de relações sociais que assumem a feição de um território. Em síntese, são um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações mais estritamente de ordem cultural” (Haesbaert, (2004:79).

São, portanto, as relações sociais permeadas pelo poder que determinam a organização do território, materializando-se e resultando de processos de negociação entre os atores presentes em cada contexto histórico.

O rearranjo dos territórios rurais onde se deu a implantação de UHEs, durante a década de 1960 até fins da década de 1980, refletiu um processo marcado pelo poder autoritário do Estado, sem negociação com as populações atingidas. Isso desembocou na organização das populações atingidas em movimentos sociais como forma de assegurar seus direitos sobre o uso da terra e defender-se do processo de expropriação promovido pelo responsável pelos empreendimentos naquele momento (o próprio Estado).

Servindo ao processo de acumulação capitalista, via desenvolvimento da industrialização, o Estado atuou de forma centralizada e autoritária, desconsiderando os interesses das populações atingidas e causando a desestruturação do tecido social de diversos territórios rurais, ameaçando a reprodução social de milhares de agricultores familiares, populações rurais, indígenas e ribeirinhas. Referências neste sentido são os trabalhos de Helm (2001), Nórr (2001), Reis (1998) Bloemer e Reis(2001), Santos (2001) e Sigaud (1992).

A experiência desta condição se verificou especificamente na Bacia do rio Uruguai, quando da construção da UHE de Itá, em terras gaúchas e catarinenses. A obra teve início em 1972, porém foi interrompida devido às dificuldades financeiras do setor elétrico e do Estado em executar a política de desapropriação até então vigente. Cabe salientar que é neste contexto e cenário político que nasce a CRAB, negociando e exigindo a garantia do direito à terra dos atingidos.

1.2 LIBERALIZAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E “NOVOS” ATORES EM CENA

Segundo Nórr (2001), a perda da capacidade de gerar investimentos e a crescente dependência da economia nacional do sistema bancário internacional privado levaram não só à internacionalização como também à privatização de diversos setores de infraestrutura no país. No início da década de 1990, há a implementação de uma política nitidamente mais neoliberal, na qual o Estado perde cada vez mais espaço no cenário político econômico, tendendo à privatização da maioria dos setores, em particular, os de infraestrutura.

O processo de privatização da economia brasileira para Biondi (1999), decorreu da necessidade de abertura de novos espaços para acumulação de capital. Para esse autor, alguns obstáculos à expansão do setor privado levaram o mesmo a avançar sobre o patrimônio do setor público, sendo a privatização do setor elétrico nacional um exemplo dessa situação.

A privatização do setor elétrico passa a ocorrer na primeira metade da década de 1990, e vários consórcios de empresas privadas habilitam-se a implantar novos aproveitamentos hidrelétricos, muitos já previstos anteriormente. Analisando o tal processo, o autor lembra ainda que o próprio Estado, embora dependente economicamente de empréstimos internacionais, passou a estimular com financiamentos favoráveis através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),¹⁵ empresas de capital privado nacional e internacional. Quando necessário, promoveu também alterações na legislação de forma a não obstruir o “sucesso” dos novos empreendedores (Santos e Nacke, 2001).

Ainda no final da década de 1990, ocorreu o processo de privatização parcial da subsidiária da ELETROBRÁS na região sul. Desse processo, resultou a criação da empresa

¹⁵O BNDES foi criado em 1960, com a sigla BNDE, para financiar empreendimentos do Estado brasileiro, sendo parceiro em grande parte dos projetos da ELETROBRÁS.

privada Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. - GERASUL, a qual ficou responsável pelo setor de geração de energia elétrica na região sul do país. O setor de transmissão de energia permaneceu sobre o controle estatal, agora sendo realizado pela Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A – ELETROSUL (Santos e Reis, 2002).

Portanto, assim como os futuros empreendimentos para geração de energia elétrica na região sul viriam a ser implementados pelo capital privado, aqueles que constituíam o patrimônio da antiga subsidiária da ELETROBRÁS também foram incorporados ao patrimônio da empresa privada.

Os esforços do Estado, a partir de então, voltaram-se para, em conjunto com a iniciativa privada, implantar diversos aproveitamentos hidrelétricos de médio porte (Santos, 2001). Contudo, isso não representou necessariamente uma diminuição de impactos socioambientais, já que foram construídas várias pequenas e médias unidades, muitas vezes em uma mesma região e território.

Esta retomada do crescimento e expansão do setor elétrico, parcialmente estagnado em fins da década de 1980, fez ressurgir a característica conflituosa do processo de implantação de UHEs no meio rural. Agora outras especificidades se fazem presentes devido a participação direta da iniciativa privada na geração e distribuição de energia elétrica, bem como na manutenção do acervo operativo e sua ampliação, com vistas ao atendimento dos requisitos do consumo (BIONDI, 1999). Decorrente dessa nova realidade, uma mudança no processo de negociação entre os atores sociais envolvidos começa a se esboçar.

Se anteriormente as populações afetadas por tais empreendimentos negociavam a defesa de seus interesses com o Estado, através de mediadores socialmente legitimados, a exemplo de instituições religiosas e sindicatos, a partir de agora passam a fazê-lo com as empresas privadas e seus respectivos consórcios, cabendo às mesmas, ao efetivar a

implantação de empreendimentos, assumir a responsabilidade pela realocação da população atingida e a realização de ações mitigatórias e compensatórias¹⁶ nas regiões atingidas.

No entanto, o tratamento mitigatório em relação às implicações nocivas parece não se alterar. Se no passado para o Estado essas ações representavam apenas "custos", como lembra Bloemer (2001), segundo estudos recentes (ver Santos e Nacke, 2001 e Baggio, 2003) tal concepção continua sendo a base de compreensão do processo compensatório por parte das empresas privadas.

A retomada de investimentos no setor elétrico, com a permanência de algumas características do período em que o Estado era o responsável pela construção das mesmas, permanece atingindo várias regiões rurais, como se verificará, a seguir, no caso aqui estudado.

1.3 AS UHES NA REGIÃO ESTUDADA

Na Bacia do Rio Uruguai, após o processo de privatização do setor elétrico na década de 1990, foi finalizada a obra da UHE de Itá na divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e implantadas as UHes de Machadinho, também da divisa dos dois estados citados e de Quebra Queixo, esta última entre os municípios catarinenses de Ipuacú e São Domingos. No início dos anos de 2000, começaram a ser construídas as UHes de Barra Grande e de Campos Novos, ambas situadas também em terras catarinenses e na região que compreende esse estudo.

Observa-se, assim, uma retomada significativa no processo de produção de energia elétrica no sul do país por meio do incremento do capital privado direcionado para a construção de novas UHes.

¹⁶As ações mitigatórias procuram atenuar danos considerados parciais, enquanto as ações compensatórias são aquelas que buscam compensar danos irreversíveis.

Analisando o processo de construção da UHE Machadinho/R.S. - S.C., Santos e Nacke (2001) enfatizam a necessidade de maior resguardo dos interesses dos cidadãos atingidos e, em particular, das minorias indígenas por parte das empresas privadas.

Sobre o processo de construção da UHE Quebra Queixo/S.C., Baggio (2003) detectou a reprodução de práticas anteriormente utilizadas por empresas estatais, como a falta de informação para a população, negociação individual e a prioridade da indenização em dinheiro, em detrimento do reassentamento coletivo, além de desconhecimento por parte do consórcio de empresas das particularidades socioculturais da região atingida. Tais estudos evidenciam a resistência das empresas privadas em assumir as responsabilidades sociais e ambientais advindas da implantação de UHEs.

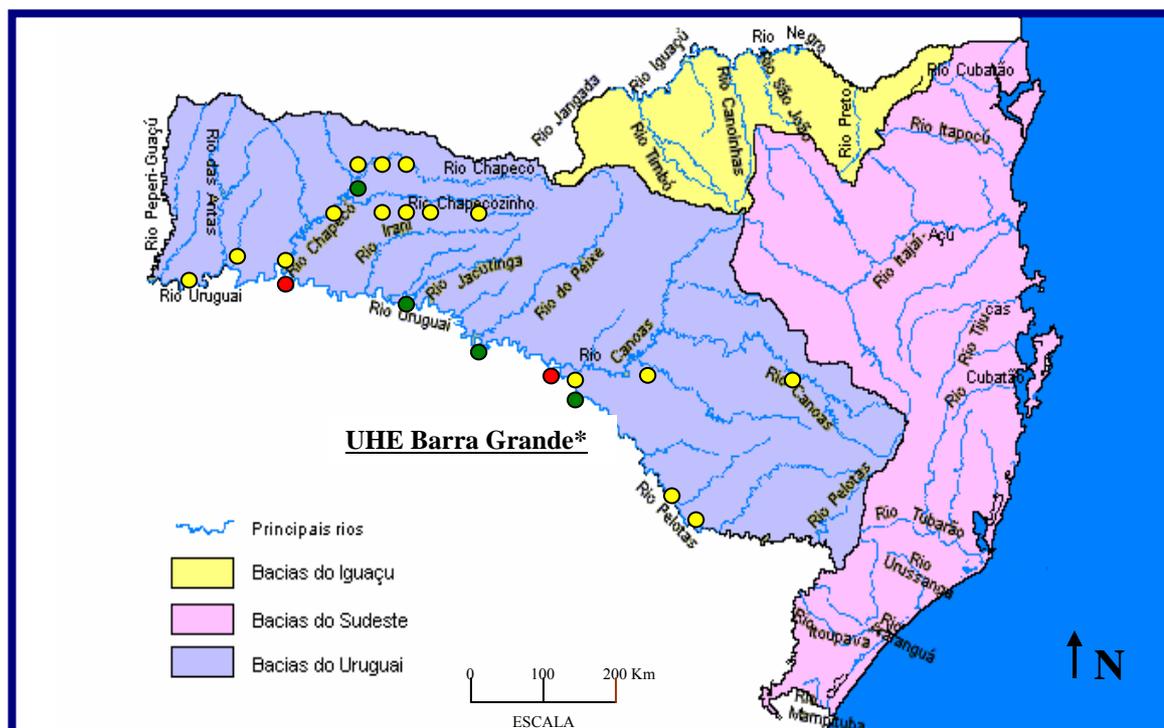
Por outro lado, como consequência destas constatações, observa-se que as comunidades passaram a estabelecer diferentes estratégias e alianças no processo negociatório, para manter algumas conquistas advindas de períodos anteriores.

Assim, as zonas rurais atingidas pela instalação de UHEs continuam sendo arena de disputas políticas, envolvendo diversos atores sociais. A partir da negociação direta que se estabelece com a iniciativa privada, as prefeituras dos municípios envolvidos, associações e sindicatos rurais, entidades ambientalistas e religiosas, movimentos sociais rurais e as empresas prestadoras de serviços que orbitam o setor elétrico, entre outros, são forçados a construir novos arranjos políticos.

A articulação destes atores sociais na busca da resolução de conflitos pode ser considerada tanto como um encaminhamento para a conquista do poder e de garantias de participação nos processos decisórios, quanto uma possível estratégia para a reorganização de seus próprios territórios. Essa é uma possibilidade para as regiões rurais catarinenses onde são encontrados rios de planalto, bem encaixados¹⁷, onde está prevista a instalação de

¹⁷São rios que apresentam perfil longitudinal com longo percurso e inúmeras quedas d'água. Possuem importante riqueza em potencial hidrelétrico (Atlas Geral/Santa Catarina, 1991).

aproximadamente 16 novas UHEs, de um total de 22 planejadas pelo Estado ainda na década de 1960, conforme está demonstrado na Figura 3, a seguir.



| | | |
|-----------------------------------|---|---|
| UHEs INSTALADAS- 04 | ● | No rio Pelotas: <u>Barra Grande*</u> (690mw) No rio Chapecó: Quebra-Queixo (167mw) No rio Uruguai: Machadinho (1140mw), Itá (1450mw) |
| UHEs EM INSTALAÇÃO- 02 | ● | No rio Canoas: Campos Novos (880mw) No rio Chapecó: Foz do Chapecó (1228mw) |
| UHEs PROJETADAS - 16 | ● | No rio Pelotas: Passo da Cadeia (104mw), Pai-Querê (228mw) No rio Canoas: Barra do Pessegueiro*, São Roque (360mw), Garibaldi (228mw) No rio Chapecozinho: Voltão Novo (45mw), Xanxerê (25mw), Bom Jesus*, Gabiroba*. No rio Chapecó: Nova Erechim (198mw), Foz do Chapecozinho (184mw), São Domingos (55mw), Aparecida (64mw), Abelardo Luz (84mw) No rio Uruguai: Itapiranga (1160mw), Garabi (1500mw) *Reservatório de regularização, sem usina no local |

FIGURA 3 – UHES NA BACIA DO RIO URUGUAI EM SANTA CATARINA

FONTE: Bacias Hidrográficas/SC adaptado de SEDUMA-SC. Situação dos empreendimentos projetados a partir do Levantamento Hidroenergético desta bacia hidrográfica realizado em 1979, pelo CNEC-ELETRTOBRÁS.

Nesta condição está parcela significativa da Microrregião Campos de Lages, cuja bacia hidrográfica, por abrigar os principais afluentes do rio Uruguai, recebe a implantação da

UHE Campos Novos e a UHE Barra Grande. A primeira em construção no leito do rio Canoas, atinge os municípios de Campos Novos, Anita Garibaldi, Celso Ramos e Abdon Batista; a segunda, no leito do rio Pelotas, atinge municípios gaúchos e catarinenses, estando entre estes últimos os de Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, Capão Alto e Lages.

As transformações sociais e espaciais decorrentes dessas obras, iniciaram na década de 1970, quando ocorreu a divulgação na região dos planos do Ministério das Minas e Energia (MME) em implantar diversas UHEs de grande porte na bacia do rio Uruguai (Canali, 2002).

O projeto de construção da UHE Barra Grande é decorrente do levantamento do potencial hidroenergético da Bacia do rio Uruguai, realizado ainda na década de 1960, pela Eletrobrás. Tendo sido definido seu local de instalação, no leito do rio Pelotas, suas dimensões físicas e sua potência de instalação da ordem de 690 MW, conferem-lhe o status de empreendimento de grande porte.

Durante o período de estagnação do setor elétrico nacional, entre o fim da década de 1970 e início dos anos 1990, a execução do projeto esteve paralisada, e foi somente a partir da reformulação deste, com sua privatização parcial, que o projeto foi retomado.

A licença para a realização de estudos técnicos de viabilidade do empreendimento foi concedida à empresa ENGEVIX S.A. no ano de 1995 e, posteriormente, no ano de 2001, o Estado outorgou a concessão para a exploração da UHE para o consórcio de empresas privadas denominado, Grupo de Empresas Associadas Barra Grande S.A. (GEAB). Estiveram associadas para a formação do consórcio GEAB as seguintes empresas: a Alcoa Alumínio S.A., a Vale Sul Alumínio S.A., a VCB Energia S.A., DME Energética Ltda. e a Camargo Corrêa Cimentos S.A.

No ano de 2001, a concessão para exploração do projeto UHE Barra Grande foi transferida a um novo consórcio de empresas, denominado Barra Grande Energética S.A.

(BAESA). Este segundo consórcio é formado pelas empresas Alcoa Alumínio S.A., CPFL Energia S.A., Companhia Brasileira de Alumínio S.A., DME Energética Ltda e a empresa Camargo Corrêa Cimentos S.A. Cabe destacar que a empresa Alcoa Alumínio S. A. é subsidiária de uma multinacional americana e que outras empresas fazem parte do consórcio com participações minoritárias. Destaque-se, ainda, que algumas empresas estão associadas ao empreendimento de forma indireta, como a Bradesco S.A., Grupo Camargo Correa S.A. e Votorantin S.A.

A UHE Barra Grande foi construída na região em estudo, entre os anos de 1995 e 2005. No ano de 1995, obteve a licença para a execução dos estudos de viabilidade e EIA e RIMA e, ao final de um período de 10 anos, teve suas obras concluídas, obtendo sua Licença de Operação no ano de 2005.

Como a temporalidade que marca o processo de construção da UHE Barra Grande é o foco deste estudo, no capítulo a seguir assume-se que o período até o ano de 1995 representa a constituição do tecido social do território dado, aqui considerado. Nele se apresenta o resgate histórico do planalto sul catarinense com destaque para suas características históricas e socioambientais, de maneira a caracterizar sua territorialização, até o ano de 1995.

Uma segunda temporalidade corresponde à análise da desterritorialização, a qual abrange o período de 1995 a 2004, desde a licença para os estudos e a construção propriamente dita da hidrelétrica. A terceira temporalidade é analisada a partir de 2004, quando se dá a finalização da construção e solicitação da Licença de Operação aos órgão competentes, que marcam o que se entende por reterritorialização do espaço rural em estudo.

CAPÍTULO 2 – O TERRITÓRIO RURAL DA UHE BARRA GRANDE

Este capítulo é resultado da sistematização do trabalho de levantamento de dados secundários e situa o contexto do planalto sul catarinense como o território rural em estudo, a partir da perspectivas da T-D-R e território dado de Pecqueur. Compreender o processo de constituição histórica do território rural onde se dá o estudo é importante para se estruturar o cenário, bem como para o reconhecimento das especificidades sócio-econômicas e culturais, já que "...enquanto relação social, uma das características mais importantes do território é sua historicidade" (Haesbaert, (2004:82).

O local onde ocorre o barramento do rio Pelotas para a construção da UHE Barra Grande é o ponto que dista 43 km de sua confluência com o rio Canoas, onde inicia o rio Uruguai (EIA-Engevix, 1998a). Suas coordenadas geográficas estão compreendidas em uma área de divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Localizada no Planalto Meridional Brasileiro, esta área é parte integrante do Planalto Sul Catarinense, recebendo a denominação de Planalto Serrano ou Planalto de Lages.

O relevo de planalto da região, suavemente ondulado com altitudes máximas de até 1.000 metros e condições climáticas de zona temperada, do tipo chuvoso de ambiente úmido (Atlas de Santa Catarina, 1991), permitiram a formação de ecossistemas específicos com os quais diversos grupos sociais vêm interagindo ao longo da história, promovendo distintos processos de organização sócio-espacial.

Antes da colonização portuguesa os campos de altiplanos, as florestas de araucária e as florestas subtropicais de fundo de vale foram ocupados por diversas culturas indígenas, em

especial a Jê e a Tupi-guarani, ambas adaptadas aos campos e matas de araucárias existentes na região (Lugon, 1977).

Posteriormente, no período colonial, com a necessidade de suprir a demanda do mercado do sudeste do país, devido ao ciclo da mineração, passaram a ocupar a região os estancieiros paulistas, praticantes da criação extensiva de gado. Um marco regional da época foi a fundação do município de Lages, no ano de 1766.

Tradicionalmente, esta região é reconhecida por sua “natural” vocação agropecuária. Essa condição se deve, não apenas às suas condições de relevo altiplano e clima temperado, mas, em grande parte, ao valor histórico das atividades de criação extensiva de gado, realizada nas grandes propriedades e agricultura de subsistência praticada em pequenas posses.

Sendo estratégia do governo brasileiro a ocupação e colonização da região para fortalecer suas defesas contra os espanhóis, a criação de gado de forma extensiva predominou nas terras concedidas e vendidas aos paulistas, que se tornaram grandes estancieiros e estabeleceram o regime latifundiário no planalto sul, já no século XVIII, (Bloemer, 2000).

Com o estabelecimento das grandes propriedades estruturou-se uma hierarquia social em torno do fazendeiro latifundiário, específica, mas não exclusiva desta região. Segundo Bloemer (2000), em torno do fazendeiro, proprietário de grandes extensões, orbitaram outras alegorias sociais¹⁸: “criador” que se ocupava do gado, o “agricultor” acompanhado de sua família e diretamente ligado às plantações, os “agregados” que recebiam ou retribuiam em espécie o pagamento pelo seu trabalho, e o trabalhador assalariado “peão”, trabalhando diretamente no trato com o gado.

¹⁸Trabalhadores a quem se dava terra para morar e plantar em troca de prestação de serviços eventuais (Candido apud Bloemer, 2000).

Torna-se importante destacar que esta estrutura agrária foi condição favorável à emergência do “coronelismo”¹⁹ e, mais tarde, no século XIX, das típicas e tradicionais oligarquias rurais do estado catarinense.

O reconhecimento destas singularidades permitem compreender a histórica situação de exclusão social e subalternidade das classes populares, perante a elite rural dominante, características que delinearão o território em estudo.

Assim, sem pretender desconsiderar alguns fatores relevantes para a história da região serrana, como a situação de litígio entre o estado de Santa e Catarina e Paraná, a qual resultou na Guerra do Contestado, entre 1912-1916, procede-se a um recorte temporal, focando aqui o período de transformações histórico-sociais da região, iniciado no século XX.

2.1 PECUÁRIA E EXTRATIVISMO

A área do planalto sul catarinense é compreendida por um conjunto de onze municípios que se encontram reunidos na 27ª SDR de Santa Catarina. Fazem parte da SDR-Lages os seguintes municípios: Painel, Bocaina do Sul, Otacílio Costa, Palmeira, Correia Pinto, Lages, São José do Cerrito, Capão Alto, Campo Belo do Sul, Cerro Negro e Anita Garibaldi, conforme mostra, a seguir, a Figura 4.

Cabe destacar que tais municípios foram todos criados a partir de desmembramentos do município de Lages, e que a área de atuação da SDR Lages é uma subdivisão da área de abrangência da Associação de Municípios da Serra Catarinense -AMURES, formada há mais

¹⁹Cf. Munarim (2000), o “coronelismo” foi um fenômeno com expressão destacada nesta região.

de trinta anos e de presença significativa na dinâmica do planalto sul catarinense, a qual é composta por 18 municípios²⁰.

Assim como os demais municípios da microrregião, aqueles que são foco deste trabalho permaneceram, desde o século XVIII até o início do século XX, praticamente com as mesmas especificidades.

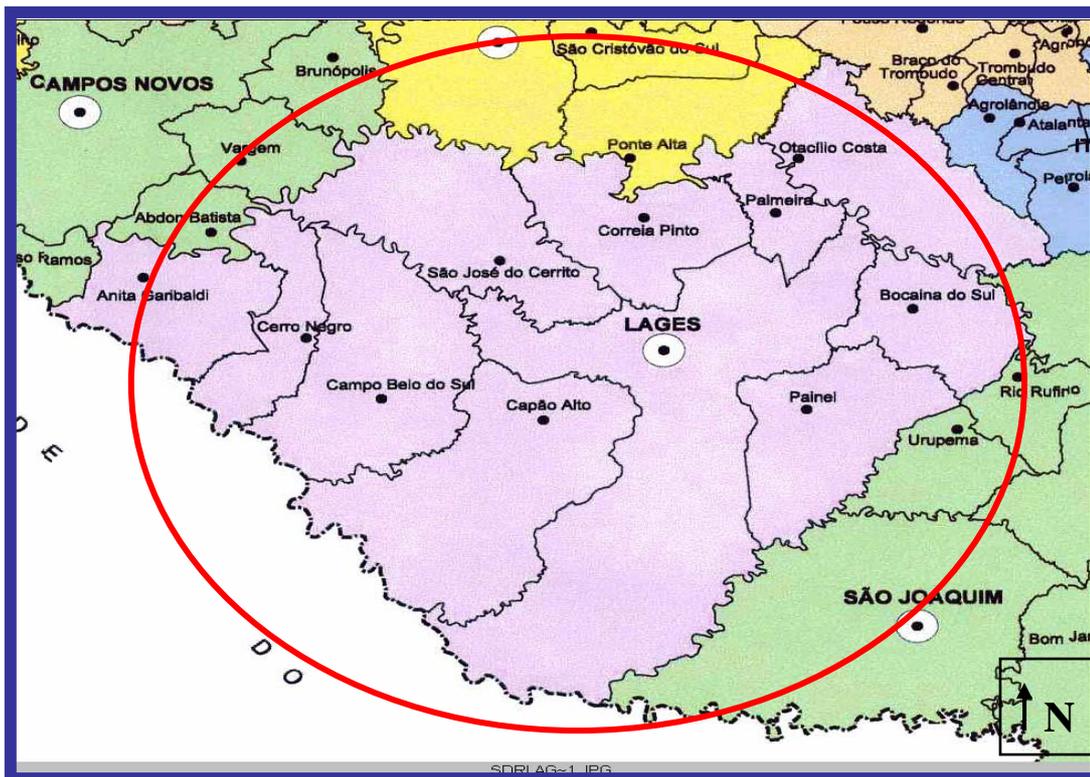


FIGURA 4 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SDR/LAGES

FONTE: <http://www.sc.gov.br>

Devido ao profundo isolamento, tanto em aspecto estritamente físico como cultural e econômico, bem como a precariedade das vias de comunicação e transporte com os centros urbanos distantes, Munarim (2000) define esse período como ‘insular’, delimitando-o até o início da década de 1940.

Segundo o autor, como as elites dominantes mantinham seu poder “através da posse de terras, bois e gente”, e sua hegemonia estava sustentada “pela manutenção das relações

²⁰Além daqueles onze que compreendem a SDR - Lages, fazem parte da Amures ainda os seguintes municípios: Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Ponte Alta, Rio Rufino, Urubici, Urupema e São Joaquim.

econômicas e sociais típicas da sociedade do atraso”, (p.100). pouco fizeram, no sentido de fomentar o desenvolvimento regional.

Tal quadro de ostracismo sofreu significativas alterações quando a extração de madeira, sempre presente na região como uma alternativa àqueles que não detinham grandes extensões de terra, se intensificou. Com a abertura da estrada SC-458, ligando Lages a Celso Ramos e o incremento da mão-de-obra²¹, a produção madeireira foi responsável pelo rompimento da região serrana com a sua condição de “ilha” e sua integração à economia nacional.

Nesse contexto, a madeira nativa da região passou a servir de matéria-prima para os grandes centros que estavam em franco desenvolvimento urbano, sendo usada especialmente para a construção civil e chegando inclusive a ser exportada para outros países.

Entre as décadas de 1940 e 1960, ocorreu a devastação das matas do pinheiro nativo *Araucária Angustifolia* sp., impulsionada e demandada pelos madeireiros, porém executada por caboclos, roceiros e migrantes, que abandonando a lida na roça semiproletarizaram-se nas muitas serrarias criadas (Munarim, 2000).

A nova situação imprimiu ao território serrano o que se denominou de um impulso de desenvolvimento econômico importante, resultando e forjando novas relações sociais e de trabalho. Alguns distritos de Lages foram desmembrados e emancipados, dando origem a alguns dos municípios em estudo, entre eles, Anita Garibaldi e Campo Belo do Sul, ambos criados no ano de 1961.

No entanto, como destaca Munarim (2000:107),

“a evasão dos caboclos e peões para as serrarias não é geradora nem gerada por qualquer processo de crise nas relações sociais e nas relações de produção da época permanece então a ambiência rural que havia produzido anteriormente um tipo subalternizado de homem serrano. A base das relações sociais continuou sendo

²¹Cf. Bloemer (2000), nos Campos de Lages também ocorreu o assentamento de colonos italianos provenientes das “colônias velhas” do Rio Grande do Sul, porém de maneira menos intensa que a verificada na região oeste do estado.

aquela do século XIX, baseada no coronelismo e na subserviência, nas relações individualizadas entre patrão e empregado, com precária organização social destes últimos”.

No que se refere à economia, como não ocorreu o reinvestimento dos lucros da atividade madeireira na própria região, já que os fazendeiros locais investiram na compra de terras nos estados do Paraná e Mato Grosso, também não se construiu uma alternativa de desenvolvimento econômico paralela ou alternativa à tradicional atividade com o gado, quando os recursos naturais se esgotaram. Conforme Bloemer (2000:62), como não aconteceu nenhuma reestruturação no sistema produtivo na região, neste período, e dadas as características do ecossistema de campos de altiplanos, acabou se solidificando a idéia da vocação agropecuária regional.

Em síntese, na primeira metade do século XIX, a região do planalto sul catarinense permaneceu se caracterizando como território de grandes fazendeiros criadores de gado, naturalizando assim aquela perspectiva excludente em relação aos pequenos proprietários e posseiros da agricultura familiar.

2.2 ESTAGNAÇÃO E ÊXODO

Já no final da década de 1960, com o esgotamento das matas nativas e um influxo na economia nacional, os municípios da microrregião mergulharam em uma profunda estagnação econômica. De forma geral, na maioria dos municípios, os caboclos, historicamente expropriados, e uma pequena leva de descendentes de “brasileiros”²², “migraram do litoral catarinense em busca de trabalho nas serrarias da região” (Bloemer, 2000:62).

²² Cf. a autora o termo “brasileiros” é usado pela população da região serrana para designar os descendentes de europeus.

No início da década de 1970, observou-se um outro movimento migratório significativo na região, em consequência tanto da estagnação econômica, que gerou a extinção dos postos de trabalho nas serrarias, quanto do arranjo fundiário excludente, baseado na concentração das terras em médias e grandes propriedades. A falta de serviços públicos de educação, saúde, transporte, energia elétrica e saneamento básico, também reforçou esse processo migratório.

A população rural passou a se deslocar do campo para as cidades, em particular para aqueles municípios regionais mais urbanizados como Lages e São Joaquim. Um movimento que, segundo Munarim (2000:109), “iniciou-se nas praças das serrarias dos diversos municípios e distritos, para a cidade de Lages... resultando em um grande contingente de espoliados urbanos nesta que é a cidade pólo da região”.

Politicamente, a partir da década de 1980, ocorreram mudanças no tecido social da região serrana. Com o início da redemocratização do Estado, em meados da década, e como fruto da situação local de subalternidade histórica das camadas sociais menos favorecidas, novos sujeitos sociais começam a se constituir.

Surgem na região organizações da sociedade civil, como, sindicatos de trabalhadores e associações de pequenos produtores e os movimentos sociais rurais reivindicatórios, dentre estes últimos estão o Movimento das Mulheres Agricultoras -MMA e a CRAB que mais tarde se tornará o MAB.

Concomitante a esses movimentos sociais foi criada, em 1982, a Organização Não Governamental denominada Centro Vianei de Educação Popular-VIANEI, com sede na cidade de Lages. Essa organização passou a ter importante papel no tecido social da região serrana, pois “serviu de base para outras práticas de organização social” (Munarim, 2000:132).

A interrelação entre estes novos atores sociais e a ação da própria CRAB, a qual tinha como objetivo conscientizar e mobilizar os pequenos produtores rurais quanto à execução dos vários projetos do setor elétrico, projetados na bacia do rio Uruguai, também serviram de base para o desenvolvimento de processos de educação popular na região, os quais foram coordenados pelo Vianeí.

A emergência destes novos sujeitos sociais é relevante para a região em estudo devido as características do seu processo de formação social. Uma vez que o comportamento de seus trabalhadores rurais é destacado por Munarim (2000) como sendo pouco participativo e bastante submisso, estando os mesmos ausentes nas grandes lutas camponesas e operárias, ocorridas em âmbito nacional.

O MAB, que iniciou sua intervenção na região no início da década de 1990, sob a sigla CRAB, voltou a atuar com bastante intensidade nos últimos anos da década e no novo século, devido a retomada de investimentos do setor elétrico, na bacia do rio Uruguai e no território em estudo.

Atualmente, há outros atores na região que também merecem destaque. Do ponto de vista de aglutinar municípios e discutir o desenvolvimento regional, pode-se citar a AMURES, criada em 1968, e a SDR - Lages, criada em 2002. Esta última com o propósito de fomentar a descentralização do poder e promover o desenvolvimento no estado de Santa Catarina de forma regionalizada.

Contudo, a área rural da região ainda permanece caracterizada pelo baixo dinamismo de sua economia, e com conseqüente aumento do desemprego, em relação às demais regiões do estado catarinense.

Hoje o reflorestamento com *Pinus sp.*, atividade que vem sendo praticada em larga escala, mantém o arranjo produtivo regional sob a estrutura de grandes monoculturas,

expropriadora e excludente, mantendo a característica das antigas atividades de criação extensiva de gado e da extração de madeira nativa.

Além da permanência do êxodo interno no sentido campo-cidade, pela precariedade nas condições de vida e falta de oportunidades no meio essencialmente rural (Mattei et al. 2005), há dois fluxos migratórios externos e contínuos que se observa. A população da região vem se deslocando em direção ao litoral e ao Planalto Norte do estado em busca de melhores condições de sobrevivência. Portanto, o planalto sul catarinense, em especial os municípios atingidos, permanece na condição de repulsor de sua própria população.

2.3 AS ESPECIFICIDADES DO TERRITÓRIO ESTUDADO

Os municípios estudados apresentam especificidades de acordo com a trajetória histórica até aqui apresentada. A área formada por parte dos municípios de Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, Capão Alto e Lages, não obedece a limites fronteiriços formais, sendo possível melhor compreendê-la, a partir da noção de território dado (Pecqueur, 2004).

A partir do momento em que os Estudos de Impacto Ambiental (EIA), definem a área do entorno ao barramento do rio Pelotas, ou ainda, área de interferência pela construção do empreendimento, conforme se vê na Figura 5, a seguir, é possível interpretar esse espaço geográfico como um território dado.

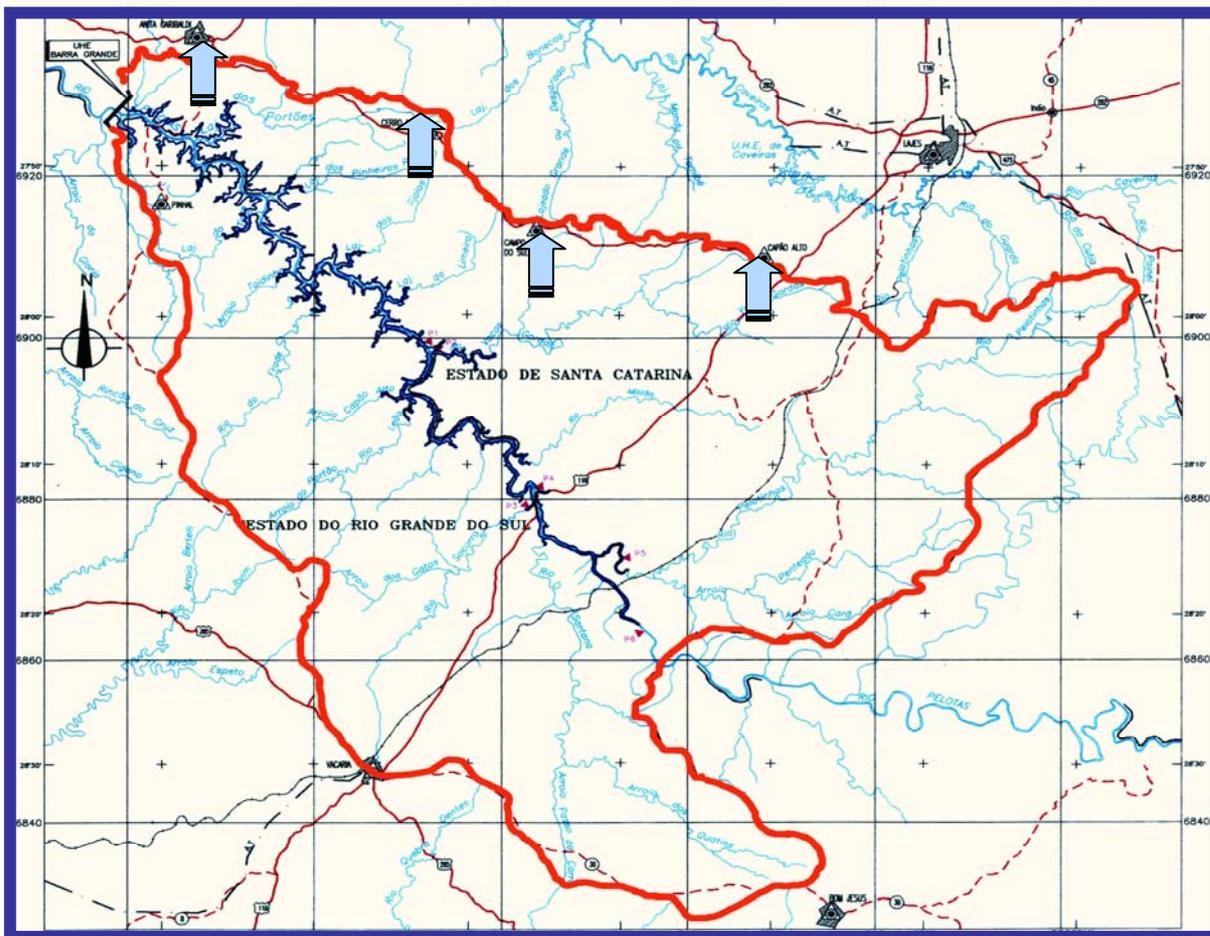


FIGURA 5 – ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA E INDIRETA DA UHE BARRA GRANE
 FONTE: Adaptação do mapa elaborado por Engevix - Estudos Complementares ao EIA (Engevix, 2004).

Esse território dado é constituído pela delimitação das áreas de Influência Direta e Indireta²³, que juntas somam cerca de 15.442 km² e abarcam parte dos municípios gaúchos e catarinenses, anteriormente citados.

Como unidade desta pesquisa, o território dado em questão é aquele pertinente ao estado de Santa Catarina. Embora não se desconsidere aqui a importância do município de Lages como pólo irradiador de desenvolvimento para a região Serrana como um todo, o foco da pesquisa recai sobre os demais municípios, por se entender que as transformações decorrentes da construção da hidrelétrica se concentram neles. Entre os mesmos, especial atenção será dada a Anita Garibaldi, uma vez que nele se encontram as sedes da empresa

²³ Termo referente à porção territorial passível de ser afetada direta ou indiretamente pelos impactos ambientais decorrentes do empreendimento na fase de projeto, implantação e operação (EIA/Engevix, 1998a).

construtora e de demais empresas, o maior número de famílias atingidas e, por conseguinte, a maior parte das terras alagadas.

Os municípios de Anita Garibaldi e Campo Belo do Sul foram desmembrados e criados a partir de Lages, município pólo da região e tem sua origem relacionada ao ciclo madeireiro regional. Além disso, também contribuiu para a formação dos mesmos a vinda de migrantes das “colônias velhas” do Rio Grande do Sul para a região do planalto sul catarinense, na década de 1960.

Os municípios de Cerro Negro e Capão Alto foram emancipados e desmembrados recentemente, na década de 1990. O primeiro foi criado em 1991, pela junção de porções dos municípios de Anita Garibaldi e Campo Belo do Sul, enquanto Capão Alto foi formado por área desmembrada do município de Lages, em 1994.

Até o ano de 2003, os municípios atingidos pela UHE Barra Grande, encontravam-se ligados ao restante do estado somente através de rodovias sem asfaltamento, com condições bastante precárias. Somente a partir daquele ano é que vieram a se integrar, por via asfáltica, com o município de Lages²⁴.

Essa tardia integração rodoviária, quando comparada aos demais municípios da região do estado, colaborou significativamente para a situação de isolamento e estagnação em que ainda se encontram no presente. Acredita-se que essa situação tem colaborado para reforçar a expressiva carência no que se refere à infra-estrutura básica, saneamento, atendimento médico, transporte, energia e comunicações.

Em relação ao estado de Santa Catarina, segundo os dados do IBGE, são municípios que apresentam valores populacionais baixos, entre três a cerca de dez mil habitantes por município. A maioria da população é rural, porém vem diminuindo continuamente ao longo das últimas décadas. Os dados da Tabela 1, a seguir, revelam esta realidade.

24 Vale destacar que o asfaltamento da rodovia SC-458 ocorreu após o início das obras da UHE Barra Grande.

Os dados censitários de 1970, 1980, 1991 e 2000 (IBGE), mostram que dois dos quatro municípios em estudo, perderam população em número absoluto. Observa-se que essa situação de perda de população está presente, especialmente, na área rural dos municípios. Mattei e Cazella (2004) atribuem esta situação, em parte, à existência de um fluxo migratório no interior da região Serrana. Neste movimento, a população dos municípios menores e com atividades econômicas mais débeis acaba se deslocando em direção aos municípios maiores e com economia mais desenvolvida como Lages e São Joaquim.

| Municípios | População Total | | | | População Urbana | | | | População Rural | | | |
|-------------------|-----------------|--------|---------|--------|------------------|-------|-------|-------|-----------------|--------|-------|-------|
| | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 |
| Anita Garibaldi | 18.486 | 15.806 | 11.021 | 10.273 | 3.075 | 3.466 | 3.477 | 4.188 | 15.471 | 12.377 | 7.544 | 6.085 |
| Campo Belo do Sul | 13.810 | 13.569 | 12.811* | 8.501 | 1.430 | 2.880 | 3.987 | 4.440 | 12.380 | 10.689 | 8.824 | 3.611 |
| Cerro Negro | - | - | 4.371** | 4.098 | - | - | 601 | 694 | - | - | 3.700 | 3.404 |
| Capão Alto | - | - | - | 3.020 | - | - | - | 604 | - | - | - | 2.416 |

TABELA 1 - POPULAÇÃO TOTAL E POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO (1970, 1980, 1991 e 2000)

FONTE: Elaboração a partir de dados do IBGE. * Cabe destacar que parte da perda populacional do município de Campo Belo do Sul, está relacionada à criação do município de Cerro Negro. **Os dados de 1991 para esse município correspondem a contagem entre censos realizada no ano de 1996.

Quanto à estrutura fundiária é possível verificar, de acordo com a Tabela 2, que os municípios em análise caracterizam-se pela predominância de pequenos e médios estabelecimentos, cerca de 80% têm menos de 50 ha.

A concentração fundiária se evidencia quando se observa que em Anita Garibaldi aqueles estabelecimentos acima de 100 ha, representam somente 7,1% do total, entretanto, detêm 42,2% da área do município. A situação é mais aguda ainda em Cerro Negro, onde 5,8% dos estabelecimentos acima de 100 ha concentram 56,3% da área, e , em Campo Belo

do Sul somente 2,5% dos estabelecimentos no estrato acima de 500 ha detêm 39% da área total do município.

| Estratos (ha) | Anita Garibaldi | | | | Cerro Negro | | | | Campo Belo do Sul | | | |
|---------------|-----------------|--------|-----------|--------|-------------|--------|-----------|--------|-------------------|--------|-----------|--------|
| | Nº | % | Área (ha) | % | Nº | % | Área (ha) | % | Nº | % | Área (ha) | % |
| ≥10 | 486 | 33,9 | 2252 | 4,3 | 564 | 55,0 | 2809 | 8,1 | 217 | 18,1 | 1322 | 1,3 |
| 10 < 20 | 306 | 21,3 | 4429 | 8,5 | 164 | 16,0 | 2366 | 6,8 | 327 | 27,3 | 4269 | 4,3 |
| 20 < 50 | 369 | 25,7 | 11428 | 22,0 | 175 | 17,0 | 5513 | 15,9 | 305 | 25,5 | 9785 | 9,9 |
| 50 < 100 | 175 | 12,2 | 11990 | 23,0 | 63 | 6,2 | 4478 | 12,9 | 151 | 12,7 | 10141 | 10,3 |
| 100 < 500 | 93 | 6,5 | 17081 | 32,7 | 52 | 5,1 | 10215 | 29,5 | 166 | 13,9 | 34845 | 35,3 |
| 500 ≤ | 06 | 0,4 | 4937 | 9,5 | 7 | 0,7 | 9266 | 26,8 | 29 | 2,5 | 38377 | 38,9 |
| Total | 1435 | 100,00 | 52116 | 100,00 | 1025 | 100,00 | 34650 | 100,00 | 1195 | 100,00 | 98739 | 100,00 |

TABELA 2 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA TOTAL, POR EXTRATOS DE ÁREA (1995/1996)

FONTE: Elaboração a partir de dados do IBGE. Dados são referenciados no Censo Agropecuário de 1995/1996. Inexistem informações sobre Capão Alto devido sua criação em 1994.

Mesmo ocupando não mais de 35% da área de cada município, os pequenos e médios estabelecimentos rurais com até 50 ha, são característicos da agricultura familiar e são responsáveis pela predominância absoluta da produção agrícola no território, produzindo gêneros básicos de subsistência, essencialmente milho e feijão.

As demais atividades produtivas são a pecuária, sob o sistema extensivo (com baixa produtividade), e o reflorestamento com *Pinus sp.* para fornecimento de matéria prima às indústrias de celulose e seus derivados, instaladas em torno das cidades pólos. Essas duas atividades ocorrem, majoritariamente, naquelas propriedades com área superior a 100 ha.

Algumas especificidades vão se somar às características anteriormente explicitadas, unindo e distinguindo os municípios em questão dentro da microrregião. Dentre elas se destaca o Índice de Desenvolvimento Social²⁵ (IDS), que permite verificar, preliminarmente, as condições de infraestrutura produtiva e sociais de um território. Elaborado pela Secretaria

²⁵Calculado com 17 indicadores sociais e econômicos, variando entre 0.0 e 1.0. Quanto mais próximo da unidade melhor será considerada as condições de vida da população local.

de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (2001), este índice exprime um conjunto de dados sobre a realidade socioeconômica, a qual se traduz por um indicador que permite visualizar a situação de cada município no total do estado.

A classificação dos municípios estudados demonstra que os mesmos estão entre aqueles com os maiores índices de pobreza e precariedade socioeconômica em Santa Catarina, como é mostrado na Figura 6, a seguir.

Dentre os 293 municípios do estado, Jaraguá do Sul, no norte do estado, obteve a melhor classificação (0.98), Capão Alto (0.78) está em 248º lugar, Anita Garibaldi (0.73) em 279º e Campo Belo do Sul (0.71) em 285º lugar, sendo classificados com o índice médio/baixo. Já o município de Cerro Negro (0.65) encontra-se em penúltimo lugar no ranking do estado, ficando classificado no 292º lugar.

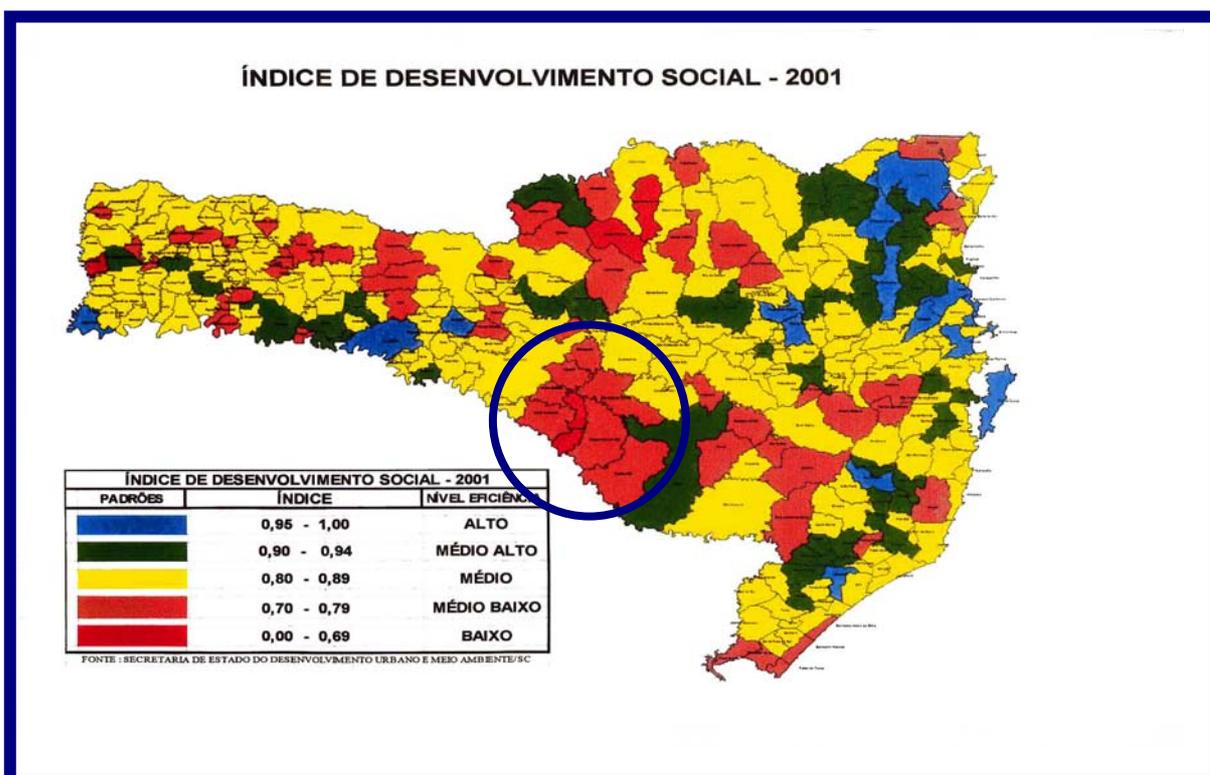


FIGURA 6 – MUNICÍPIOS CATARINENSES QUANTO AO SEU IDS-2001

FONTE: Elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente/SC-2001. Destaque para o território rural em estudo.

Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - (PNUD) também podem ser úteis para se compreender a situação de pobreza e indigência existentes nos municípios em questão.

Os dados da Tabela 3, a seguir, demonstram a intensidade da pobreza expressa pela porcentagem de pobres e indigentes em cada município, a qual é bastante significativa, chegando a quase 705 do total da população em Anita Garibaldi.

De acordo com o Mapa do IDS dos municípios catarinenses e os dados do PNUD, percebe-se a conformação de uma zona contígua, constituída pelos municípios de Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul e Capão Alto, que seguramente pode ser compreendida como um reduto de pobreza não só da microrregião como no estado de Santa Catarina.

| Municípios | Total Pop. 2000 | Total de pobres | | Total de indigentes | |
|-------------------|-----------------|-----------------|------|---------------------|------|
| | | Abs. | % | Abs. | % |
| Anita Garibaldi | 10.273 | 4.720 | 46,0 | 2.388 | 23,0 |
| Cerro Negro | 4.098 | 2.035 | 50,0 | 1.113 | 27,0 |
| Campo Belo do Sul | 8.051 | 3.381 | 42,0 | 1.459 | 18,0 |
| Capão Alto | 3.020 | 1.046 | 35,0 | 353 | 12,0 |

TABELA 3 - NÚMERO DE PESSOAS POBRES E INDIGENTES POR MUNICÍPIO (2000)

FONTE: Mattei et al. 2005

E é neste contexto, que as ações para a construção da UHE Barra Grande têm lugar. Um território rural construído a partir de relações baseadas em marcantes desigualdades sociais, com a predominância de grandes propriedades, da expropriação da terra, da monocultura do reflorestamento, da precária coesão e organização social da população residente, da passividade além da inexistência de ações do poder público em suas diversas esferas.

A implantação da UHE no território interfere diretamente na dinâmica da população local, alterando de diferentes maneiras a sua condição de vida. Assim, as futuras ações dos atores já presentes no tecido social, e aqueles que a eles se agregam, irão dar outra forma ao espaço territorial. Os novos arranjos, relações e ações serão o ponto de partida para o desvelamento do processo de reorganização compulsória do território pesquisado. No capítulo a seguir, procurar-se-á evidenciar tal processo, como sendo a fase de desterritorialização, conforme a proposta da noção T-D-R, explicitada anteriormente.

CAPÍTULO 3 – A DINÂMICA DE TERRITORIALIZAÇÃO, (DES)TERRITORIALIZAÇÃO E (RE)TERRITORIALIZAÇÃO DO PLANALTO SUL CATARINENSE

A construção da UHE Barra Grande é um evento promovido de forma descendente à medida que faz parte do planejamento para aproveitamento hídrico, elaborado na década de 1960 pelo Estado brasileiro. Resulta em uma imposição ao meio rural de quatro municípios situados no planalto sul catarinense, os quais passam por transformações para acomodar as implicações de sua construção, destacando-se que grande parte das mesmas recaem sobre a população rural diretamente atingida. As transformações ocorridas nos municípios em questão, por sua vez, vão estar diretamente ligadas aos arranjos na ação de organizações e instituições, ou seja, aos atores sociais locais, e suas relações interescares representando os grupos de interesses presentes naquele cenário.

Partindo na noção de dinâmica territorial proposta pela T-D-R - territorialização-desterritorialização-reterritorialização e de território dado, esta pesquisa busca compreender os distintos períodos de rearranjo que têm ocorrido no meio rural, onde se implanta a UHE Barra Grande, visando identificar se há elementos que apontem para o desenvolvimento territorial.

Ao mesmo tempo, entende-se, a partir das considerações de Pecqueur (2004), que se trata de um território dado, considerando que o mesmo está delimitado no espaço onde se dá o reconhecimento e ativação de recursos territoriais genéricos e específicos. Neste caso, o potencial hídrico passa a ser utilizado e transformado em energia com a construção da

hidrelétrica. Ou seja, trata-se de um recurso territorial específico em processo de transformação em um ativo territorial.

O período analisado é delimitado pela outorga de autorização para realização de estudos de viabilidade, no ano de 1995, pela presidência da república à empresa Engevix S.A., bem como pela liberação pelo Ibama, no ano de 2005, da Licença de Operação (L.O.)²⁶ ao consórcio de empresas Baesa S.A.

A análise do período investigado revelou a existência de uma seqüência de momentos sociais dinâmicos que, embora possuindo especificidades importantes que os diferenciam, deram-se de forma complementar.

Dessa forma, a distinção feita entre tais momentos sociais, necessária para o entendimento da dinâmica territorial, não implicou considerá-los como estanques ou descolados uns dos outros, mas buscou considerar a interconexão e complementaridade existente entre eles. Cabe ainda destacar que os três momentos sociais são entendidos como reflexo das diferentes formas de ação, adotadas pelos atores no tecido social do território e suas resultantes.

O primeiro momento foi considerado aquele entre o final da década de 1960 e o ano de 1995. As transformações sociais passaram a ocorrer no meio rural em estudo, desde o final da década de 1960, quando do conhecimento público dos projetos do setor elétrico para a região da bacia do rio Uruguai. Isso gerou, na época, uma mobilização, que embora incipiente, foi significativa para a futura ação de alguns atores sociais. A compreensão deste período permitiu identificar o processo de territorialização do meio rural, a partir do entendimento da estruturação e organização do tecido social local e manter o foco da pesquisa nos períodos seguintes. O segundo momento será considerado entre os anos de 1995 e 2001, e, a partir de 2001, tem-se definido para este estudo, o início do terceiro momento social.

²⁶Cf. Decreto nº. 88351 de julho de 1983 são exigidas para a instalação de UHEs a Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO).

O primeiro momento social tem uma temporalidade maior que a dos outros dois considerados, nele é que se identifica quem são os atores sociais que constroem o tecido social do território rural, partindo do projeto e futura construção da hidrelétrica. É ainda um período de ação pontual e circunstancial. Nos dois momentos seguintes, a temporalidade tem estreita relação com a aceleração nas mudanças e transformações que ocorrem naquele meio rural, proporcional às ações empreendidas na construção propriamente dita e na finalização da UHE Barra Grande.

O que se apresenta a seguir resulta do conjunto de dados coletados e analisados no decorrer da pesquisa de campo. O movimento de T-D-R estará expresso segundo os três momentos identificados, conforme destacado anteriormente.

3.1 DINÂMICA TERRITORIAL

A partir da análise de dados secundários e de algumas entrevistas realizadas em campo, foi possível reconhecer uma rede de relações sociais que conformaram o tecido social do meio rural em estudo. Esta rede social revelou o processo de territorialização, sendo que a investigação sobre a mesma se deu por meio da identificação dos principais atores sociais que estiveram envolvidos no processo de implantação da UHE Barra Grande.

3.1.1 TERRITORIALIZAÇÃO - O TECIDO SOCIAL LOCAL

O período de territorialização aqui considerado é aquele que se estende de 1960 a 1995; os principais atores participantes neste momento foram identificados e agrupados

segundo o critério de interesse e forma de ação. Desta forma, os mesmos serão apresentados nos seguintes grupos: a) grupo da iniciativa privada, b) de instituições governamentais e político-administrativas, e em c) grupo de entidades não governamentais da sociedade civil organizada, ligadas diretamente aos interesses da população rural atingida pela UHE.

O primeiro grupo, o da iniciativa privada, foi ordenado segundo sua condição de exterioridade em relação ao meio rural local. Nele estão as empresas da iniciativa privada envolvidas diretamente com a construção da UHE, formadoras do consórcio construtor Barra Grande Energia S.A. - (BAESA), bem como as empresas prestadoras de serviço ao consórcio.

A Baesa, a empresa responsável pela construção da UHE Barra Grande, é um consórcio formado no ano de 2001. Participam dele a Alcoa Alumínio S.A., com 50% das cotas de capital financeiro, a Companhia Paulista de Força e Luz Ltda. - CPFL, com 25%, a Companhia Brasileira de Alumínio Ltda. - CBA, com 5%, a Camargo Correa S. A., com 9%, e a DME Energética Ltda., com 8%. Este consórcio substituiu o consórcio Grupo de Empresas Associadas Barra Grande S.A., o qual foi responsável pelo empreendimento até o ano de 2001, como já se apresentou anteriormente.

Entre as empresas prestadoras de serviços se destaca a importância da atuação da empresa Energia, Transporte e Saneamento LTDA – ETS. Ela foi contratada para coletar informações sobre a população a ser remanejada, para organizar a infraestrutura nos locais de reassentamento das famílias deslocadas e, ainda, fazer o ordenamento das indenizações aos agricultores atingidos.

O segundo grupo identificado é o das instituições de caráter governamental e político-administrativo, no qual se inclui desde instâncias federais às municipais. Do âmbito federal, identificou-se o Ministério das Minas e Energia (MME), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), os Ministérios Públicos Estadual e Federal (MPE-MPF), e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). No plano estadual, se destaca-se a Secretaria de Desenvolvimento

Regional (SDR/LAGES), a Associação de Municípios da Região Serrana Catarinense (AMURES), a Fundação de Amparo ao Meio Ambiente (FATMA); e no municipal, identifica-se as Prefeituras de Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul e Capão Alto.

Enquanto algumas instituições desse grupo se envolveram diretamente em processos que diziam respeito a construção da hidrelétrica, outras atuaram indiretamente, intercalando a ação em etapas distintas. Os resultados da pesquisa de campo evidenciam que grande parte da participação dos mesmos se deu na forma de suporte ao empreendimento, no sentido de naturalizar e legitimar a necessidade da UHE naquele meio rural.

De modo geral tais condutas se inscrevem no âmbito da visão clássica, que considera que os grandes empreendimentos de infraestrutura, por si só trazem condições favoráveis ao desenvolvimento regional. Seja pela demanda que ocorre na etapa de construção, com a possibilidade de mobilização de mão de obra local e conseqüente geração de emprego ou trabalho; ou ainda, pela expectativa de incremento na circulação de recursos financeiros através do comércio local e dos serviços. Além disso, ainda no nível local, há também a expectativa no que se refere à arrecadação tributária, neste caso, destacando-se o pagamento de *royaltes*²⁷.

O terceiro grupo de atores sociais identificado está formado pelas instituições não governamentais, ligadas diretamente à causa dos atingidos pelo empreendimento. Foram identificados o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a organização não governamental de atuação regional, Centro de Educação Popular Vianeí (VIANEI), a

²⁷Os *Royaltes* são valores expressos em porcentagens sobre o montante de recursos financeiros oriundos da venda de energia produzida e que devem ser pagos aos municípios e estados, pela exploração dos recursos naturais.

Comissão Pastoral da Terra (CPT)²⁸ e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anita Garibaldi (STR-AG).

As entidades deste terceiro grupo estão diretamente ligadas, desde sua origem, a demandas de trabalhadores rurais, sejam eles proprietários ou não de seus estabelecimentos. Algumas delas vêm atuando no território desde a década de 1980, informando e sensibilizando a população rural para a necessidade de sua organização e articulação para o enfrentamento de futuras situações de conflitos, advindas da implantação de hidrelétricas na região.

O MAB é um movimento social presente no meio rural catarinense desde meados da década de 1980, a partir de uma intensa e importante participação no processo de implantação da UHE de Itá, (neste período ainda sob a sigla CRAB). Esteve presente também, no meio social das demais populações rurais da bacia do rio Uruguai, inclusive daquelas dos municípios atingidos pela UHE Barra Grande.

O VIANEI desde sua origem, também na década de 1980, trabalhou diretamente com os agricultores através da “Escola Sindical”, ministrando cursos destinados a promover conscientização política. Esta organização foi fundada por dissidentes da Igreja Católica e apoiada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Segundo entrevista com um dos fundadores do Vianeí, no ano de 1982, a ong já atuava na região com a “...Escola Sindical que consistia em encontros onde uma vez ao mês, cerca de 40 a 50 agricultores reuniam-se no salão paroquial da cidade de Anita Garibaldi, para participar das atividades de conscientização política desenvolvidas pelo Vianeí”. Para o entrevistado, a ação do Vianeí foi importante por criar uma oposição política na região, a qual tomou corpo quando as lideranças comunitárias formadas pela “Escola Sindical”, assumiram

²⁸A CPT é o órgão da Igreja Católica encarregado de interligar e dinamizar toda a ação da instituição no meio rural brasileiro.

a presidência do STR-AG, passaram a articular a organização do Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em escala municipal.

Portanto, o papel do Vianeí no planalto sul catarinense foi extremamente relevante para a formação política de seus agricultores, já que é da sua organização e ativação que decorre a reestruturação do STR-AG e surgem as condições de suporte organizacional básico para as atividades do MAB na região.

O STR-AG, por sua vez, chegou a representar importante contraponto político à atividade dos demais sindicatos da região, tidos como “conservadores”, na ótica de atuação do VIANEI.

Os demais representantes da sociedade civil organizada se encontram com o perfil de envolvimento direto e também indireto no processo de implantação da UHE, porém de forma eventual. Estão entre eles a Associação de Agricultores Familiares Ecologistas de Anita Garibaldi (AAFEAG), as diversas Associações de Comunidades Rurais de Anita Garibaldi e a Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses - FEEC.

Os atores sociais identificados e agrupados, não mantiveram posição inalterada ao longo da década em que fora construída a hidrelétrica. Suas ações refletiram diferentes tipos de posicionamento e alianças adotadas e que forjaram, ao longo do período, um processo de dinâmica territorial.

A Figura 7, a seguir, mostra o mapa de sistemas formado para ilustrar o tecido social do território dado em estudo. Nele é possível identificar os atores sociais conforme o grupo de atores do qual se encontram fazendo parte.

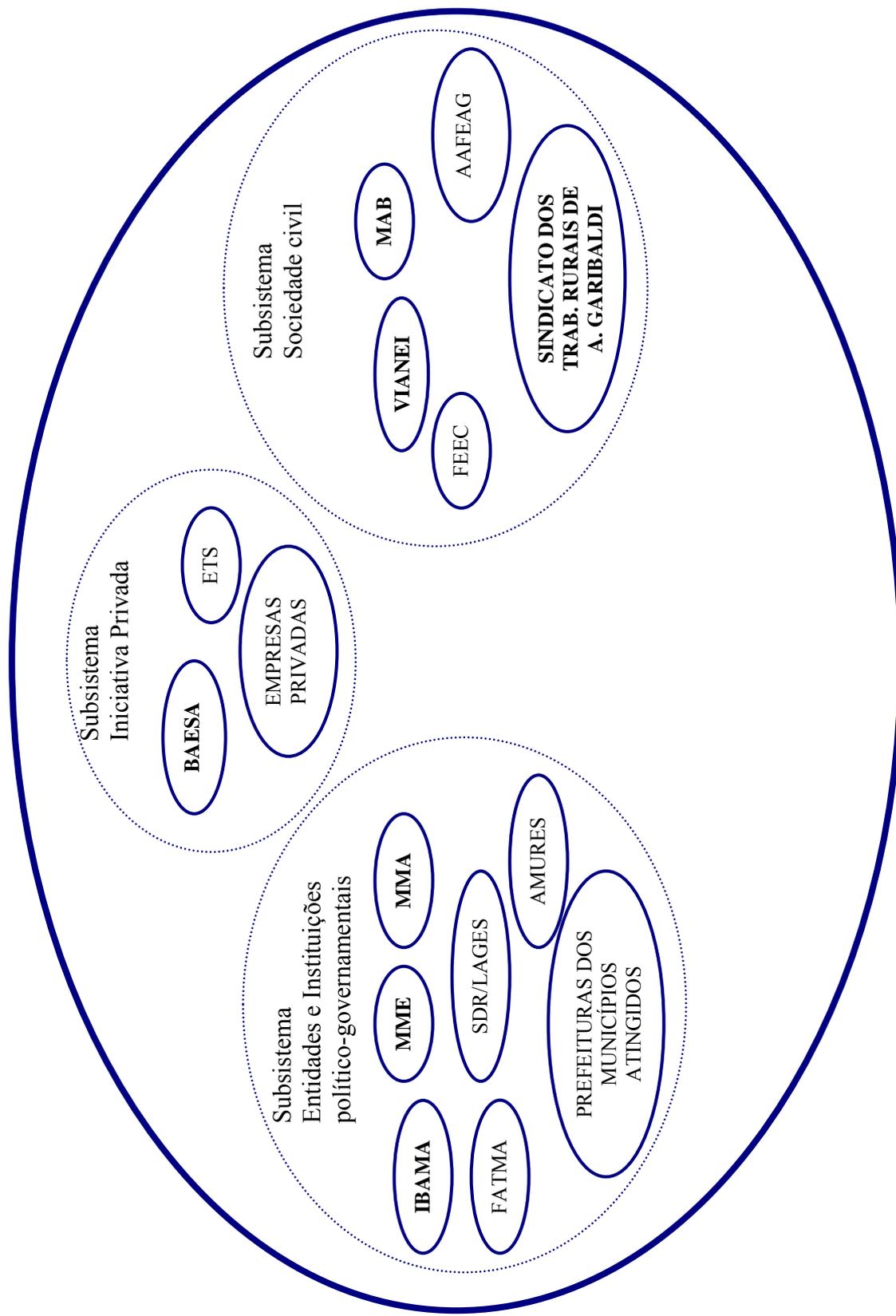


FIGURA 7 – ARRANJO DO TECIDO SOCIAL DO TERRITÓRIO RURAL DADO, ORIGINADO A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA UHE BARRA GRANDE
 FONTE: Trabalho de campo, 2006.

3.1. 2 (DES) TERRITORIALIZAÇÃO - DIVULGAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

O ano de 1995 marcou o início de um período de significativas transformações para o meio rural em estudo. Nesta data, foi outorgada a licença para realização de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do projeto UHE Barra Grande.

Para realizar tais estudos foi contratada pelo grupo Geab, com a permissão do poder público, a empresa de consultoria Engevix S.A.. Essa empresa realizou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e o Cadastro Sócio Econômico (CSE). Isso ocorreu no ano de 1997, na área identificada e delimitada como de influência direta e indireta, considerada aqui como território dado.

A divulgação do CSE, nesse mesmo ano, revelou, em meio a um contexto de insegurança e apreensão social, o universo de agricultores que teriam suas áreas de trabalho afetadas pela construção da UHE, fossem eles proprietários ou não das terras. Por conseguinte, tais famílias é que viriam a vivenciar o processo de remoção e indenização, a ser promovido pela empresa construtora.

Segundo o cadastramento realizado, o município mais atingido pela construção da UHE Barra Grande em Santa Catarina seria o de Anita Garibaldi, concentrando cerca de 50% do número total de famílias atingidas no estado de Santa Catarina, ou seja, 184 de um total de 390 famílias. Conforme o estudo, o estado do Rio Grande do Sul teria um total de 452 famílias atingidas.

A Tabela 4, a seguir, mostra a área, o número de imóveis e de famílias de cada município catarinense a ser atingido pelo reservatório da hidrelétrica.

| Municípios catarinenses atingidos | Área total (km ²) | Área atingida pelo reservatório | | Nº. de Imóveis atingidos | Nº. de Famílias atingidas |
|-----------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|-------|--------------------------|---------------------------|
| | | (km ²) | (%) | | |
| Anita Garibaldi | 606 | 17,35 | 2,86 | 181 | 184 |
| Cerro Negro | 418 | 10,5 | 2,51 | 80 | 109 |
| Campo Belo do Sul | 1.023 | 6,88 | 0,67 | 44 | 51 |
| Capão Alto* | - | 5,51 | - | 34 | 42 |
| Lages | 5.297 | 0,14 | 0,002 | 04 | 04 |
| Total SC | 7.344 | 40,38 | - | 343 | 390 |

TABELA 4 - ÁREA TOTAL, NÚMERO DE IMÓVEIS E FAMÍLIAS ATINGIDAS PELO RESERVATÓRIO DA UHE BARRA GRANDE

FONTE: Tabela adaptada do EIA/Engevix, (dados do Cadastro Sócio Econômico- CSE), 1998. *Os dados sobre Capão Alto não foram disponibilizados.

Merece destaque, o fato de haver imóveis com mais de uma família atingida, situação mais evidente em Cerro Negro, onde ocorre tal fato em mais de 30% dos imóveis. Essa situação demonstra que é comum na região o arrendamento de pequenas porções da propriedade familiar a outras famílias de agricultores ou mesmo a convivência de famílias extensas, num mesmo estabelecimento rural.

Aqui cabe mencionar que o número de pessoas atingidas estimado no CSE, em 1997, foi superado. A partir de readequações do CSE, novas famílias foram inclusas no processo indenizatório, passando de 842 para um total de 1210 famílias indenizadas, tanto nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A realização dos estudos para viabilizar o empreendimento da UHE e, principalmente, a realização do cadastro das famílias, vieram a colaborar para que determinados atores sociais identificados passassem a atuar de maneira mais contundente e efetiva no território.

Considera-se que é a partir deste momento que se pode falar da des-territorialização do meio rural. Não apenas o território construído dos agricultores que tiveram de migrar compulsoriamente se desterritorializa, mas os diversos territórios construídos coexistentes na

área de influência da hidrelétrica. Passam a ocorrer transformações tanto físicas como simbólicas no espaço rural, como as desapropriações e a fragmentação de grupos sociais, assim como também ocorre a inserção de novos grupos, a exemplo dos trabalhadores e funcionários de empreiteiras e de empresas prestadoras de serviços.

O processo de des-territorialização é então investigado no sentido de identificar a construção de novos arranjos, relações e ações por parte dos atores sociais.

Ocorre, no período, a intensificação da atuação do grupo das instituições governamentais e político-administrativas, associadas à iniciativa privada, como também do grupo de entidades não governamentais ligadas aos interesses dos atingidos. Destaca-se que a ação de ambos se deu diretamente sobre a população atingida.

De um lado, as instituições governamentais e político-administrativas se mobilizaram para apoiar a construção da hidrelétrica. Assim, associaram-se os prefeitos dos municípios atingidos, o MME (por meio de um delegado regional) e técnicos contratados pela empresa GEAB²⁹.

Este grupo, organizado, passou a realizar audiências públicas e reuniões abertas denominadas Fóruns Pró UHE Barra Grande, nas quais se buscou disponibilizar informações para a população atingida. Foram realizadas três dessas reuniões, sendo a primeira no município de Vacaria (R.S.), em agosto de 1997, a segunda em Anita Garibaldi (S.C.), em novembro de 1997, e a terceira em Esmeralda (R.S.), em julho de 1998.

Segundo estudo realizado por Boamar (2002:295), o esforço feito pelas instituições e pela empresa, nos três Fóruns Pró UHE Barra Grande, bem como no Fórum Pró UHE Campos Novos³⁰, foi no sentido de destacar os conceitos técnicos e os impactos ambientais dos empreendimentos. Foram assim, "... uma estratégia de divulgação e inserção das usinas

²⁹ Primeiro consórcio de empresas responsável pelo empreendimento, substituído posteriormente pelo grupo Baesa.

³⁰ Como também estava em curso a construção da UHE Campos Novos, os Fóruns para divulgação desta hidrelétrica ocorreram paralelamente aos de divulgação da UHE Barra Grande.

hidrelétricas utilizada pela Delegacia do Ministério das Minas e Energia de Santa Catarina, pela Engevix e pela ETS, para inserir nestas regiões estes empreendimentos e ganhar a confiança da população e dos atingidos”.

Quanto às audiências públicas, especialmente aquelas promovidas pela Prefeitura de Anita Garibaldi, durante o ano de 1999, o mesmo autor destaca que as manifestações foram de forma geral “favoráveis ao empreendimento”, visto que resultaram na aprovação dos estudos de viabilidade para o empreendedor” (ibid, p.295).

A mobilização dos prefeitos dos municípios envolvidos resultou, ainda, na criação de um *Conselho Municipal de Acompanhamento da Construção de Barragens Hidrelétricas*, no ano de 1998. Este Conselho foi criado por meio de decreto no município de Anita Garibaldi e a ele se limita, uma vez que o mesmo sofre interferência, em sua área, da construção de duas UHEs, a UHE Barra Grande e a UHE Campos Novos.

Originado unicamente como um esforço do poder executivo do município, esse Conselho Municipal não representou uma necessidade legítima da população do município, situação que pode servir para justificar o depoimento a seguir³¹. Nas palavras do Secretário de Planejamento do município de Anita Garibaldi, em 2005, o referido Conselho Municipal “não existiu de fato”, visto que teria se reunido cerca de duas vezes e não chegara a definir nem mesmo uma linha de atuação.

Observa-se ainda que, embora o consórcio Geab fosse um dos responsáveis pelas atividades dos Fóruns para a divulgação do empreendimento, o grupo de atores da iniciativa privada não esteve integralmente envolvido neste momento social, pois as demais empresas privadas prestadoras de serviço ao consórcio construtor se mantiveram distantes.

³¹Segundo entrevista realizada em 2005, para este estudo.

Paralelamente, o grupo de entidades não-governamentais ligadas diretamente aos interesses dos atingidos, buscou, através de suas atividades, proporcionar esclarecimento e conscientização aos agricultores e trabalhadores rurais em relação a defesa de seus direitos.

O MAB, o STR-AG e o Vianeí, apoiados pela CPT, atuaram junto aos agricultores atingidos, debatendo sobre seus direitos em relação a posse e uso de suas terras, bem como sobre a necessidade de sua organização para que pudessem participar com consciência do processo relativo à venda e/ou indenização de suas propriedades e áreas de trabalho.

A análise deste momento da dinâmica social permite verificar que, embora a atuação destes dois grupos de atores sociais tenha se intensificado com significativa importância e, ambas tenham ocorrido diretamente sobre a população atingida, elas se deram em sentidos opostos. Segundo os entrevistados, a intensidade da ação dos grupos foi aparentemente a mesma, sendo divergentes os interesses que as guiaram.

De um lado as instituições governamentais e político-administrativas juntamente com a empresa construtora, exercendo uma forte pressão no sentido de divulgar positivamente o empreendimento e garantir a legitimidade da construção da hidrelétrica junto à população local, por meio da produção de energia como bem comum e público. Sua ação privilegiou preferencialmente os interesses do empreendedor e do poder público local.

De outro lado se verifica a ação de entidades não governamentais e movimentos sociais, existentes no tecido social, sensibilizando e dotando os agricultores de informação e conhecimento sobre implicações resultantes da construção da hidrelétrica. As ações deste grupo estiveram orientadas para os interesses dos agricultores atingidos, confrontando a garantia de seus direitos e interesses com aqueles do empreendedor e do poder público, em seus diversos níveis.

Cabe salientar que não se encontrou registros da participação do MAB, Vianeí, STR-AG, ou ainda da CPT, nos encontros dos Fóruns Pró Barra Grande, bem como dos

representantes das prefeituras ou da empresa GEAB em ações desenvolvidas pelos primeiros, durante tal período.

Observa-se, portanto, que a ação de cada grupo ocorreu de forma independente e autônoma, conforme as relações e o arranjo social que foi se estabelecendo, como se evidencia no mapa de sistemas a seguir, na Figura 8. Percebe-se que neste momento da dinâmica de reorganização do território rural, os atores sociais locais encontram-se dispostos em seu tecido social de forma polarizada.

A polaridade encontrada no tecido social, do meio rural em estudo, é aqui interpretada como uma resultante do apoio fornecido à empresa construtora, para legitimar a necessidade de sua presença, no meio rural, especialmente por instituições governamentais, como o Ministério das Minas e Energia, na esfera nacional, e das prefeituras dos municípios, na esfera local.

O não envolvimento destas instituições, neste primeiro momento, com a defesa dos interesses da população rural atingida, mas sim com os interesses da iniciativa privada, demonstra claramente sua ineficiência em seu comprometimento maior com o bem-estar da população e com o território em análise.

Emerge, portanto, da ineficiência destas instituições governamentais e político administrativas, uma necessidade de articulação da sociedade civil para suprir as demandas das famílias dos agricultores atingidos.

Entende-se ainda que, embora a atuação da sociedade civil organizada do planalto sul catarinense seja resultante direta de uma situação não desejável, qual seja: a construção da UHE e o alagamento e desapropriação de terras, ela representa um envolvimento sócio-político significativo da população local em processos de tomada de decisão, particularmente, de sua camada rural, lembrando, como menciona Munarim (2000), que a população, historicamente, apresentou comportamento social pouco participativo.

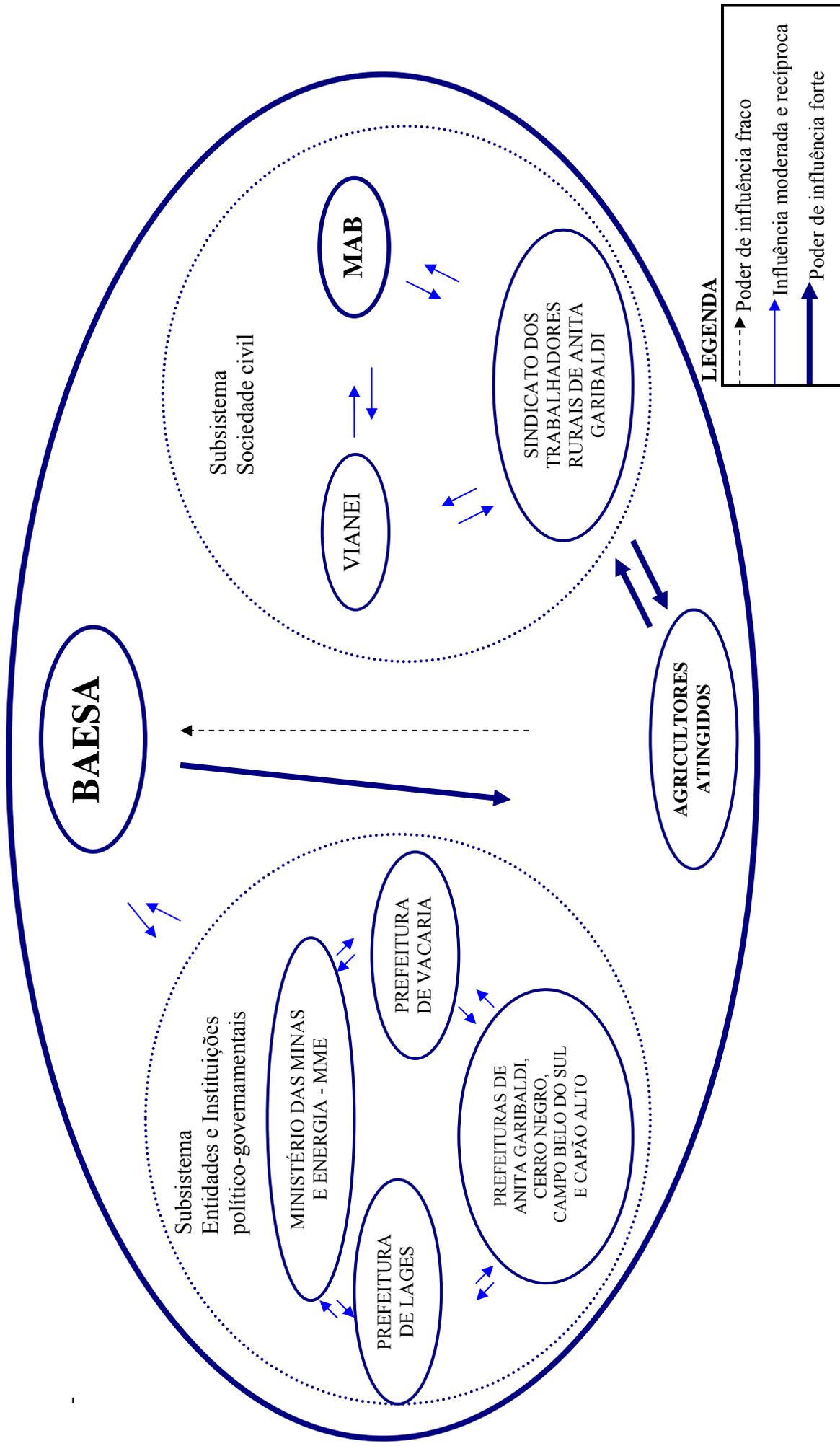


FIGURA 8 – ARRANJO DO TECIDO SOCIAL DO TERRITÓRIO RURAL DADO NO PERÍODO DE 1995 A 2001 - ‘DIVULGAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO’

FONTE: Trabalho de campo, 2006.

Observa-se, na Figura 8, o arranjo do tecido social local neste período. Os atores sociais se encontram associados em grupos nos quais praticamente inexiste interrelação. A empresa Baesa permanece parcialmente isolada, estabelecendo relações de parceria com o grupo de instituições de caráter governamental e político-administrativo, o qual se relaciona unicamente com a empresa, enquanto sua influência sobre os agricultores atingidos se dá de maneira desproporcional à influência destes sobre ela. Observa-se a inexistência de reação entre a empresa e o grupo de entidades de caráter não governamental. Já este último grupo, de instituições não governamentais, ligadas diretamente à causa dos atingidos, também permanece parcialmente isolado, estabelecendo relação com poder de influência moderado e recíproco apenas com o grupo de agricultores atingidos.

3.1.3 (RE) TERRITORIALIZAÇÃO - ARAUCÁRIAS E TURBINAS

No ano de 2001, com a liberação da Licença de Instalação (LI) e a outorga da concessão para exploração do potencial hidráulico do rio Pelotas à empresa GEAB³², ocorrem alterações no tecido social, do planalto sul catarinense, visto que mudanças quanto ao posicionamento e a forma de atuar de alguns dos atores sociais, passam a acontecer. Este momento marca o terceiro período de análise.

No início deste período, as ações realizadas com o objetivo de divulgar o empreendimento foram substituídas por operações concretas para a construção da hidrelétrica. O avanço destas atividades e a inserção de novas entidades sociais no processo em curso, influenciaram diretamente no rearranjo do tecido social local. Tem-se, assim, o início de um novo momento da dinâmica territorial, entendido aqui como (re) territorialização.

³² O consócio formado pelas empresas VBC Energia S.A., Alcoa Alumínio S.A., Valesul Alumínio S.A., DME Energética Ltda., e Camargo Correa Cimentos S.A., neste mesmo ano foi substituído pelo consócio Baesa.

Quando se consolida o consórcio BAESA, em 2001, e este substitui o consórcio GEAB na execução do projeto da hidrelétrica, surge um crescente descontentamento, tanto por parte da população atingida, como das instituições governamentais e político administrativas, que até então vinham apoiando o empreendimento.

As entrevistas realizadas revelaram que os agricultores atingidos passaram a se sentir lesados, pelo fato da empresa negociar as desapropriações e as indenizações de forma individualizada. Com uma postura rígida e inflexível, a empresa realiza inúmeros acordos considerados desfavoráveis pelos agricultores o que revela o seu baixo comprometimento com o atendimento dos direitos e interesses dos atingidos.

Buscando defender seus interesses, os agricultores atingidos e organizados pelo MAB, passaram a pressionar a empresa BAESA através de inúmeras ações. Uma das principais reivindicações era em relação a critérios básicos que orientassem a realização dos procedimentos de indenizações, tanto em relação a compra da propriedade, ou do imóvel em si, como das benfeitorias existentes no imóvel, contemplando o valor simbólico ali existente.

No final do ano de 2002, diante de inúmeras dificuldades de negociação para a indenização das propriedades da área de influência do projeto, a BAESA negociou com o MAB algumas diretrizes que viriam a ser a base para futuras operações. Estas diretrizes foram formalizadas em um *Termo de Acordo para o Remanejamento da População Atingida pelo Aproveitamento Hidrelétrico Barra Grande*³³..

A formalização das diretrizes para negociações dos direitos dos agricultores atingidos representou uma importante conquista para o grupo de atores sociais da sociedade civil organizada, que pôde questionar e reivindicar seus direitos de forma mais objetiva. Foram estabelecidos o público alvo à ser indenizado; modalidades de remanejamento e critérios para

³³ Este documento contém cerca de 65 páginas e foi disponibilizado em meio digital pela empresa E.T.S. no ano de 2004. O sumário do mesmo se encontra em anexo.

acessá-las bem como, para definir a localização de novos imóveis e glebas a serem adquiridos para reassentamentos.

Entretanto, de acordo com entrevistas com agricultores e lideranças do MAB, em diversas situações, as regras e diretrizes estabelecidas para as negociações não foram consideradas ou respeitadas pela empresa. O não cumprimento, na íntegra, do acordo firmado levou o movimento social, já no ano de 2003, a acionar o Ministério Público Federal (MPF), para negociar novas regras de conduta, agora junto à empresa BAESA.

Tal situação perdurou até aproximadamente o final do ano de 2004, quando então uma negociação de caráter essencialmente político, entre os Ministérios do Meio Ambiente, das Minas e Energia e a Casa Civil da Presidência da República, estabeleceu ações compensatórias concretas a serem executadas pela empresa construtora em virtude do dano ambiental decorrente da formação do lago do reservatório da hidrelétrica. Entre as ações destaca-se a formação de um banco de germoplasma *ex-situ* para espécies ameaçadas de extinção, aquisição de cerca de 5.740 ha de área com semelhantes características a área a ser inundada e construção da sede do 5º Pelotão de Polícia Militar Ambiental do Estado de Santa Catarina no município de Lages, entre outras.

Cabe destacar que o envolvimento de instituições governamentais federais se deu devido à entrada em cena, no ano de 2003, de novas entidades no processo, as organizações não governamentais de cunho ambientalista. Tal situação coincide com a emergência de conflitos de ordem ambiental referentes ao empreendimento, decorrente de irregularidades identificadas no EIA do projeto para construção da UHE Barra Grande.

A inserção das entidades ambientalistas é um fato novo no tecido social e que terá repercussão relevante, aglutinando interesses ambientais e sociais. A entrada dos ambientalistas no processo ocorreu em virtude da necessidade de apresentação ao IBAMA de um inventário florestal da área a ser alagada, como requisito para a obtenção da autorização

de supressão vegetal e da Licença de Operação (LO) da hidrelétrica, ação a ser realizada por parte do consórcio de empresas.

Informações discordantes, entre o inventário florestal apresentado pela empresa, em 2004, e o EIA – RIMA, elaborado pela Empresa Emgevix S.A., que permitiu a autorização da Licença Ambiental Prévia (LP), pelo IBAMA, em 1999, levaram as entidades ambientalistas a denunciar publicamente inúmeras irregularidades e omissões existentes nos estudos ambientais, realizados para a elaboração do EIA.

Segundo Prochnow (2005), uma das omissões foi quanto à importância do vale do rio Pelotas para a sobrevivência de inúmeras espécies de plantas e animais, já que é o único corredor ecológico de fauna e flora, no sentido leste-oeste, ainda preservado em toda a região sul do país.

Conforme essa autora ocorreu ainda a omissão da existência de uma Unidade de Conservação Municipal denominada “Encanados do rio Pelotas”, no município de Vacaria (RS), também atingido pela barragem, além da existência de espécies vegetais endêmicas ameaçadas de extinção, algumas ainda não catalogadas cientificamente.

No entanto, a mais grave de todas as irregularidades evidenciadas, segundo o biólogo MEDEIROS (2004), foi o fato de se considerar 2077 ha de floresta primárias com a Mata de Araucárias, 2158 ha de vegetação em estágio avançado de regeneração e 1492 ha de mata em estágio médio de regeneração, como sendo “área composta por pastagens, agricultura e mata secundária em estágio *inicial* de regeneração”.

A denúncia de tais entidades e o conhecimento da sociedade de que houve fraude nos estudos ambientais do projeto UHE Barra Grande, levou a Rede de Ongs da Mata Atlântica (RMA)³⁴ e a Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses (FEEC), a concluir que o

³⁴ A Rede de Ongs da Mata Atlântica (RMA) é uma organização de caráter nacional cujos esforços são direcionados para a proteção de recursos naturais no país, especialmente do ecossistema da Mata Atlântica. Já a Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses (FEEC), é uma instituição de caráter estadual e mantém seu foco na preservação de recursos naturais no estado de Santa Catarina.

processo de licenciamento ambiental do empreendimento estaria viciado, o que, por conseguinte, tornaria o próprio licenciamento ambiental nulo.

Em setembro de 2004, as duas entidades ambientalistas com o apoio político do MAB e de outras entidades ambientalistas, como a Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí (APREMAVI) e a Ong Instituto Sócio Ambiental (ISA), acionaram a Justiça Federal. Por meio de uma Ação Civil Pública na Vara da Justiça Federal de Florianópolis solicitaram a nulidade do licenciamento e o embargo da obra. Neste momento, cerca de 95% das obras de infraestrutura para geração de energia já estavam concluídas³⁵.

Essa situação de conflito e incerteza quanto ao prosseguimento ou não da obra foi marcante para os atores locais. Durante o mesmo período em que os órgãos públicos tratavam da questão da legitimidade do licenciamento ambiental, os agricultores atingidos atuaram localmente, impedindo fisicamente o desmatamento das margens do rio Pelotas. Marcando uma aliança entre interesses socioambientais que repercute no tecido social.

Em barracas de lona, os agricultores acamparam nas margens do rio Pelotas, impedindo o corte da mata ciliar. Nesta ocasião, ocorreram situações de violência extrema, envolvendo os agricultores, os trabalhadores contratados para realizar o corte da vegetação e agentes da polícia militar, convocados para garantir a segurança destes últimos.

Ainda no final do ano de 2004, a justiça federal reconheceu a discordância entre os documentos e a condescendência do IBAMA durante o processo de licenciamento ambiental, autorizando, entretanto, a finalização da obra.

Como resultado de todo esse processo se firma um *Termo de Compromisso*³⁶ entre a BAESA e o IBAMA, com a interveniência do Ministério Público Federal, Advocacia Geral da União, Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Minas e Energia. A partir da assinatura

³⁵ Cf. entrevista com o diretor de comunicação da empresa BAESA.

³⁶ Documento em anexo.

deste termo é liberada a autorização para o consórcio realizar a supressão da vegetação na área do reservatório e a Licença de Operação (LO).

De um lado torna-se evidente o interesse do grupo de atores governamentais e da iniciativa privada em finalizar o empreendimento, de tal maneira que para firmar o *Termo de Compromisso* estão envolvidos os diversos níveis inter-escalares de representação político administrativa- federal, estadual e municipal. De outro lado, no que tange ao território dado, é relevante refletir sobre o movimento que ali ocorre, pois em dezenas de décadas manteve-se à margem do contexto estadual e nacional, ficando esquecido, ou sequer lembrado. Com o empreendimento e as recentes conseqüências de seu processo de construção, o espaço rural em estudo, passou a ser palco e aparecer nacionalmente, evidenciando a atuação de diferentes atores sociais e em diferentes níveis.

No âmbito das novas relações sociais entre os atores, merece destaque aquela que se estabelece entre representantes ambientalistas e dos movimentos sociais. Entende-se que foi a partir da associação destes dois atores sociais em torno da questão relativa às irregularidades do EIA que as reivindicações do MAB, junto ao Ministério Público, tomaram maior relevância, sendo algumas atendidas também no ano de 2004 após ter-se firmado o acordo em nível nacional, citado anteriormente.

Considera-se que a existência do atributo hídrico do território, portanto, ambiental, desencadeou um conflito que foi decisivo para a garantia de direitos dos agricultores atingidos por parte da empresa, que se negava a admiti-los e restituí-los. A teia de relações que se estabeleceu naquele momento permitiu que o acordo estabelecido, em setembro de 2004, além de por fim à questão das irregularidades encontradas no EIA, assegurasse indiretamente, compensações importantes aos agricultores atingidos.

Entre as compensações garantidas aos agricultores destaca-se a dotação de recursos, por parte da BAESA, para um projeto de desenvolvimento regional, voltado particularmente à

população atingida, sendo o mesmo gerenciado pelo próprio MAB. Além disso, verifica-se a inclusão, no processo de indenização, de outras famílias de agricultores não consideradas pela empresa, anteriormente, como atingidas³⁷.

Um dos fatos que chamou atenção em todo o processo foi a retração do ator público local em relação a demanda da sociedade civil organizada. O que se constatou foi que as prefeituras, em particular a do município de Anita Garibaldi, não se engajaram e sequer se manifestaram junto a estes atores sociais. As demais instituições político administrativas, identificadas no tecido social do meio rural, também tiveram atitude semelhante.

Neste período, com a ausência do poder público local, os atores de tal grupo que mais atuam neste momento são do próprio poder público federal (como se destacou anteriormente), a Epagri, órgão de extensão rural estadual com a execução do Projeto Micro Bacias 2³⁸; e uma articulação do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local –Serra Catarinense, (com parceiros como Uniplac, Vianeí, SDRs, STRs, PMs e Cooperativas de Crédito), ampliando e fortalecendo os projetos Fome Zero e Bolsa Família, com o objetivo de construir uma Rede Solidária de consumo e produção entre aqueles recebedores dos benefícios dos projetos e os produtores rurais familiares excluídos, e assim fortalecer a segurança alimentar na região.

Dentre o grupo da sociedade civil organizada, além do papel desempenhado pelo MAB, em consonância com entidades ambientalistas, verifica-se a atuação do Vianeí por meio de projetos financiados pelas indenizações compensatórias às Associações de Comunidades Rurais Atingidas, especialmente Petry e São Sebastião, do MAB por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional voltado para os atingidos remanejados, também viabilizado por recurso financeiro decorrente de compensação aos atingidos.

³⁷ Documento em anexo.

³⁸ O Projeto Micro Bacias 2 é um projeto do Governo do Estado de Santa Catarina com parceria do Banco Mundial que propõe um padrão de desenvolvimento rural baseado na ação de planejamento integrado das microbacias hidrográficas.

Contudo, mesmo existindo os programas e projetos mencionados, sendo executados no município de Anita Garibaldi, os resultados da pesquisa de campo evidenciam a inexistência de articulação entre os mesmos. De um modo geral, apresentam ações de curto a, no máximo, médio prazo, pontuais, não se caracterizando como estratégias capazes de alavancar de fato o desenvolvimento territorial.

Isso parece se evidenciar quando se percebe que cada ator local busca atender seus interesses imediatos, sem debatê-los estrategicamente com os demais atores. Tal situação fica clara quando, por outro lado, as prefeituras dos municípios atingidos que vinham se mostrando favoráveis ao empreendimento desde antes da realização do Cadastro Sócio Econômico, também passaram a se sentir lesadas, a partir do ano de 2001, quando a empresa BAESA não se manifestou favorável em atender suas solicitações indenizatórias, passando a pressionar o consórcio.

Vendo suas reivindicações e tentativas de negociação não consideradas pela empresa construtora, as prefeituras dos municípios atingidos assumem outra postura, diferente da que vinham manifestando, e também acionam o Ministério Público Estadual (MPE), buscando estabelecer regras de conduta junto à empresa BAESA, a exemplo do sucesso de negociação realizada pelo MAB para os atingidos.

Nesse momento, a prefeitura de Lages, que até então vinha atuando junto às prefeituras dos demais municípios atingidos, na promoção dos Fóruns Pró UHE Barra Grande, afasta-se do processo negociatório, o que demonstra a ruptura de estratégia de ação comum entre os municípios atingidos.

Por intermédio do MPE, foi firmado em 2002, um *Termo de Compromisso* entre a BAESA e as prefeituras dos municípios atingidos³⁹. O acordo formalizado definiu medidas e ações compensatórias que deveriam ser praticadas pela empresa em favor das prefeituras. De

³⁹ Documento em anexo.

forma geral, as compensações e indenizações asseguradas pelo Ministério Público às prefeituras ficaram restritas à revitalização e construção de alguns equipamentos de infraestrutura e a compra de equipamentos para a rede municipal de ensino e de saúde dos municípios atingidos.

A necessidade do acordo firmado com a interferência do MPE refletiu o interesse ínfimo da empresa em se responsabilizar pelas conseqüências danosas decorrentes do processo de construção da UHE para os municípios. Percebe-se, assim, que tal postura é uma continuidade daquela adotada por empresas estatais, em períodos históricos passados, quando a construção de hidrelétricas no país se dava por meio de instituições públicas.

O arranjo dos atores sociais envolvidos no terceiro momento, apresentado anteriormente, marca o que se considerou neste estudo como o início de um processo de reterritorialização do meio rural em estudo. Com o propósito de evidenciar graficamente esta situação, se apresenta, a seguir, a Figura 9.

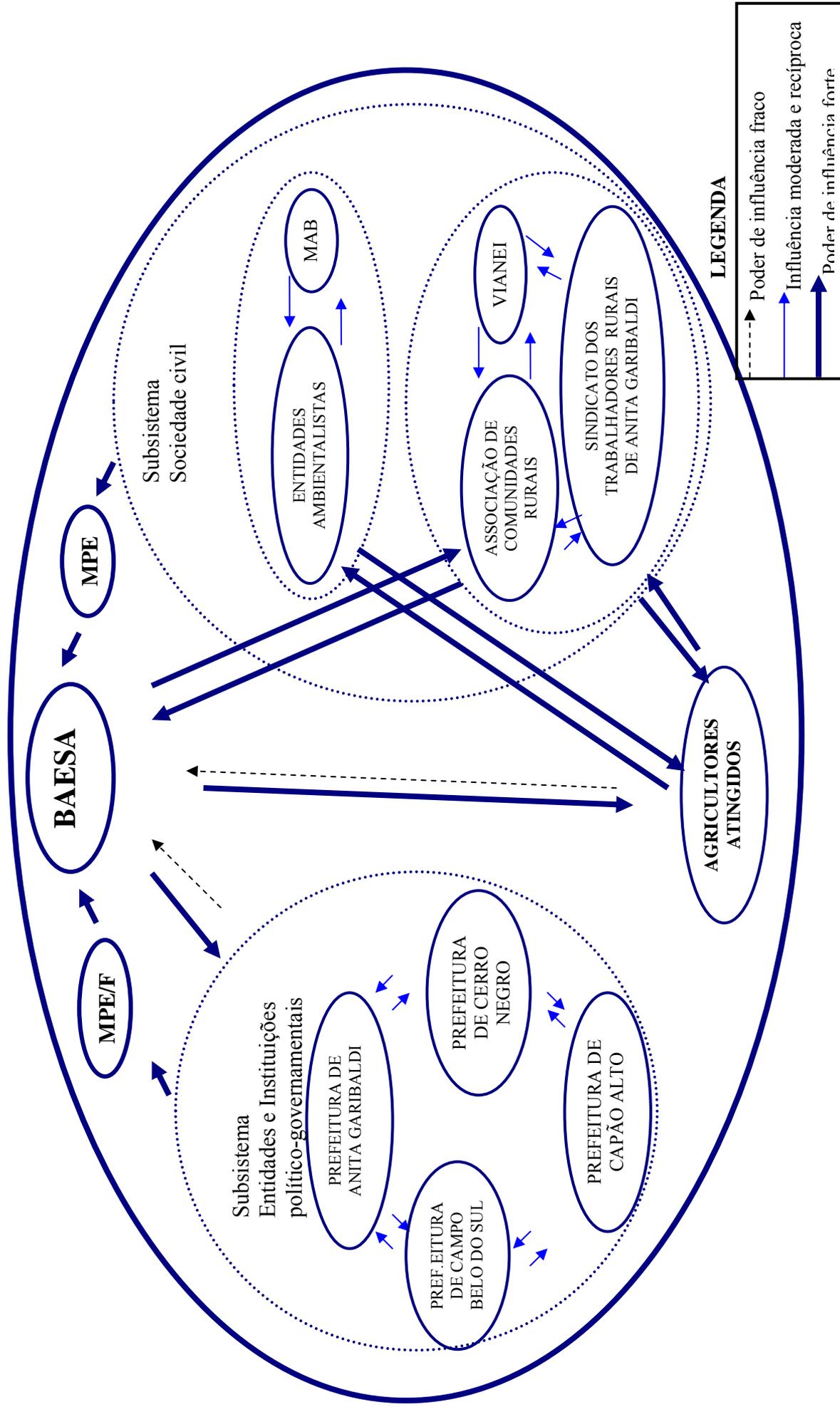


FIGURA 9 - ARRANJO DO TECIDO SOCIAL DO TERRITÓRIO RURAL DADO NO PERÍODO DE 2001 A 2005 - "ARAUCARIAS E TURBINAS"

FONTE: Trabalho de campo, 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que permanece em aberto a questão central que orientou esta pesquisa, ou seja, se a implantação de um empreendimento de infraestrutura, uma usina hidrelétrica, em uma zona rural pode se tornar um evento significativo que desencadeie ações dos diferentes atores sociais envolvidos, voltadas a processos de desenvolvimento territorial.

Na primeira parte deste estudo interessava refletir sobre a base matriz energética brasileira para geração de energia elétrica, sobre os grandes empreendimentos que são realizados para tanto e as repercussões dos mesmos nas regiões rurais onde são implantados. O que se verificou, a partir da literatura, é que a matriz energética para tal fim permanece alicerçada no aproveitamento hídrico, e que, no atual processo de implantação de UHEs, embora o Estado não seja mais o responsável direto pela construção das mesmas no país, ele é o principal parceiro da iniciativa privada. Seja através de apoio financeiro, (por meio da ação do BNDES, por exemplo) e/ou político institucional, o Estado vem endossando a ação das empresas e legitimando a necessidade de construção das hidrelétricas.

Verificou-se que os consórcios de empresas privadas, responsáveis pela construção das novas UHEs, permanecem guiando suas ações em prerrogativas anteriormente utilizadas pelo Estado, como a centralidade e o caráter descendente nas ações, tanto nas negociações com as famílias de agricultores atingidos, como com os demais atores sociais envolvidos. Esta situação foi tangencialmente abordada neste estudo, entretanto é importante destacar que ela deve ser objeto de investigação em novos estudos, que possam contribuir para um melhor entendimento acerca das novas relações sociais que passam a se estabelecer entre a iniciativa privada e os demais atores sociais nas regiões afetadas.

Com este estudo também se pode evidenciar que devido as especificidades para o processo de implantação das hidrelétricas, orientados por características ambientais, relativas

a aspectos geomorfológicos e hídricos, os empreendimentos na maior parte das situações coincidem com aquelas áreas rurais onde os processos de desenvolvimento territorial são incipientes ou mesmo inexistentes, onde é precária a articulação entre os diversos atores, o que resulta em uma limitada articulação dos mesmos frente aos empreendedores.

Para buscar compreender os novos processos em curso, entende-se que além de investigar as questões referentes aos aspectos ambientais, é principalmente relevante apreender aquelas questões pertinentes aos problemas socioambientais, os quais podem se traduzir por problemas existentes no território.

A pesquisa realizada para este trabalho assumiu as perspectivas da territorialização - desterritorialização - reterritorialização - T-D-R e do desenvolvimento territorial, para analisar as conseqüências da implantação de um grande empreendimento de infra-estrutura. Para tanto se investigou quais as dinâmicas se processaram na região de implantação da UHE Barra Grande.

A hidrelétrica em questão foi construída na região do planalto sul catarinense, abrangendo quatro municípios classificados como os de mais baixos índices de desenvolvimento humano do estado, sendo praticamente ocupados por agricultores familiares e apresentando pouca articulação institucional nos diversos níveis de articulação social. O trabalho realizado permite que, à luz da questão central, apresente-se as seguintes considerações acerca do processo de reorganização da área rural onde foi instalada a UHE Barra Grande.

Na região em estudo, se identificou a existência de três grupos de atores sociais: a) grupo da iniciativa privada, b) de instituições governamentais e político-administrativas, e c) grupo de entidades não governamentais da sociedade civil organizada. Embora a atuação de alguns dos atores sociais destes grupos tenha sido significativa e relevante, em determinados

momentos do processo de implantação da UHE, observou-se importante fragilidade nas relações, não só entre os grupos, mas também internamente aos mesmos.

O arranjo do tecido social do território dado, em grupos isolados, foi identificado quando da investigação sobre o processo de territorialização do espaço rural estudado e está expresso no mapa de sistemas da Figura 7, sendo que, a fragilidade das relações entre os grupos de atores sociais, é identificada no momento de desterritorialização deste espaço, aparecendo no mapa de sistemas da Figura 8.

Com a pesquisa o que se verificou foram ações significativas do movimento social que representou a população atingida - MAB, de entidades ambientalistas que a este movimento se associou, em defesa da proteção da vegetação local, e ainda, do poder público federal. O resultado, entretanto de suas ações, não se firmou como um “acordo” conjunto, ou seja, o que se viu foram termos de Acordos realizados em separado, estando os interesses da empresa privada ainda na posição central de todo o processo.

Portanto, entende-se que as ações dos grupos de atores sociais identificadas se deram no sentido de defender projetos individualizados, os quais emergiram de necessidades e anseios de cada um dos grupos, independentemente dos interesses coletivos.

Assim, como uma consequência da fragilidade entre as relações do tecido social local, não se identificou no processo de implantação da hidrelétrica, e especialmente, no momento considerado de reterritorialização do meio rural, nenhuma experiência que pudesse ser considerada como um embrião de desenvolvimento territorial, uma vez que, para que o mesmo possa ser construído, os interesses particulares devem ser objeto de negociação, visando a contribuição de interesses coletivos, ou que pelo menos atendam ao território.

Segundo Pecqueur, um dos meios para se atingir o desenvolvimento territorial é a transformação do território dado em território construído, por meio da ativação de recursos genéricos e/ou específicos em ativos, através da ação dos atores sociais de seu tecido social.

Devido ao processo de construção histórico social local e regional, da fragilidade de rede de relações entre os atores locais que configura aquele tecido social, bem como da também frágil articulação entre estes atores quando do processo de construção da hidrelétrica, não foi possível identificar indícios que indicassem a existência de um processo de transformação do território dado em um território construído.

Conclui-se que, embora o processo de implantação da UHE Barra Grande tenha sido um momento de grande importância para o tecido social da área em questão, por fomentar, ainda que de forma indireta, a ação dos atores sociais locais em busca de garantir o exercício de seus interesses, não pode ser associado a um processo de desenvolvimento territorial.

Dentro da perspectiva do desenvolvimento territorial, compreende-se que o desafio para o meio rural estudado é o de fortalecer as relações de cooperação entre seus atores sociais, de forma que seja possível formular um projeto de desenvolvimento coletivo viável, que atenda as demandas e interesses particulares, ao mesmo tempo em que venha a responder a demandas coletivas.

Com a pesquisa é possível inferir ainda, quão urgente é a necessidade de se desenvolver políticas públicas específicas para a população rural que tem seus territórios requisitados para receber a construção de hidrelétricas. Nesse sentido, entende-se que a investigação científica por meio de pesquisas junto a tais territórios rurais é uma das formas de fornecer importantes subsídios para a elaboração destas políticas públicas específicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASCELRAD, Henri; SILVA, Maria das Graças. Conflito social e mudança ambiental na barragem de Tucuruí. In Conflitos Ambientais no Brasil. Ascerald Henri (Org.). Relume Dumará e Fundação. Heinrich Böll. Rio de Janeiro, 2004.

BAGGIO, Elaine R. Aspectos sobre a reprodução socioeconômica das unidades familiares rurais atingidas pela Usina Hidrelétrica Quebra-Queixo. 2003. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BALBIM, Renato N. Região, Território, Espaço: Funcionalizações e interfaces. In Ensaio de Geografia Contemporânea Milton Santos Obra Revisitada. Ana Fani (Org.). São Paulo: Hucitec, 1996.

BARTOLOMÉ, Leopoldo J. Aspectos Sociales de la Relocalización de la Población Afectada por la Construcción de Grandes Represas. In: Seminário Efectos Sociales de las Grandes Represas de América Latina. (F. Suarez et ali, etc.) Argentina: Fundación Cultura Universitaria para CIDES (OEA) e ILPES (ONU), 1983.

BIONDI, Aloysio. O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

BLOEMER, Neusa M. C. Brava Gente Brasileira: migrantes italianos e caboclos no s Campos de Lages. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BLOEMER, Neusa M.e REIS Maria J. (Org.) Hidrelétricas e populações locais. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

BLUME, R. O uso da dinâmica territorial: territorialização, desterritorialização e reterritorialização – TDR, para se pensar o rural e a ruralidade. Texto apresentado no XLIII CONGRESSO DA SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Ribeirão Preto, 2005.

BOAMAR, Paulo, F. de A. A bacia do rio Uruguai e o setor elétrico brasileiro: as obras, conflitos e as estratégias. Florianópolis: Ed. Do Autor, 2002.

BRITO, Cristóvão de C. T. A Petrobrás e a gestão do território no recôncavo baiano. 2004 Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BUENO, Francisco Silveira. Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 9º ed. Mec/Fundação Nacional de Material Escolar, Rio de Janeiro, 1975.

CANALI, Gilberto V., A definição e a importância do Projeto Uruguai. In_ SANTOS, Silvio C. e REIS, Maria J.,(Orgs.) Memória do setor elétrico na região sul. Florianópolis. Ed da Ufsc, 2002.

CASTRO, Edna. Dinâmicas Territoriais e atores sociais enquanto dimensões chaves para pensar o Desenvolvimento Rural Sustentável. Texto apresentado no Paine 3 do Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2005.

CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.C. E e CORREA, Roberto I. (Org.). Geografia: conceitos e temas. Ri de Janeiro: Bertrand Brasil, 5º Ed. 2003.353p.

CAZELLA, Ademir A. et al. Desenvolvimento territorial: a Associação de produtores rurais de São José do Cerrito (SC) In: AUED, B. W. e PAULILO, M. I. S. Agricultura Familiar. Florianópolis, Insular, 2004, pp. 59- 70.

COMITÊ BRASILEIRO DE GRANDES BARRAGENS. Barragens no Brasil. Comitê Brasileiro de Grandes Barragens, 1982.

COELHO Silvio, REIS Maria J. (Org.) Memória do Setor elétrico na região sul. Florianópolis: Ed. Ufsc, 2002.

DA MATTA, Roberto. Você tem cultura? In_ Explorações. Ensaios de Sociologia Interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. pg. 121-128.

DEMO P. Metodologia do Conhecimento Científico. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Metodologia Científica em Ciências Sociais. 2º Ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MEDEIROS, João, D. Tudo pelas sociedades anônimas. Usina Hidrelétrica de Barra Grande: lucro acima da vida. Boletim APUFSC nº509. Florianópolis, 2004.

EHLKE, Cyro. A Conquista do Planalto Catarinense. Bandeirantes e Tropeiros do Sertão de Curitiba. Florianópolis: Ed. Laudes e UDESC, 1973.

FERREIRA, Ângela, D. D. Movimentos Sociais Rurais no Paraná (1978-1982). In_ Movimentos Sociais no Campo. Curitiba: Ed. da UFP, 1987.

FLORES Murilo, A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. In: Programa de taller inicial del proyecto de desarrollo territorial rural a partir de servicios y productos con identidad. Cusco (Perú), 2006 Anais.Peru 1 Cd-Rom.

GERMANI, Guiomar I.; Expropriados. Terra e Água: o conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização. Do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HELM, C. M.V., Kaingang e Guarani da terra indígena Mangueirinha e a Usina Hidrelétrica Salto Santiago, no rio Iguaçu (PR). In_ BLOEMER, Neusa M.e REIS Maria J. (Org.) Hidrelétricas e populações locais. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

LIMA, José L. Estado e Desenvolvimento do Setor Elétrico no Brasil: das origens á criação da Eletrobrás (1890-1962). São Paulo 1983. Dissertação (Mestrado em Economia e Administração). Faculdade de Economia e Administração, Departamento de Economia. Universidade de São Paulo. São Paulo. 142p.

_____. Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código das Águas à crise dos anos 1980. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995. 146p

LUGON, Clovis. A República “Comunista” dos Guaranis, 1610-1768. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

MATTEI, L. e CAZELLA, A. A. Relatório final de pesquisa do Consad Campos de Lages – SC. Brasília, Projeto de cooperação técnica FAO/MESA: TCP/BRA/2905, 2004, 229 p.

MARTINS, José S. A militarização da Questão Agrária no Brasil. Petrópolis: 1984.

MEDEIROS, J. de Deus. Tudo pelas Sociedades Anônimas. Usina hidrelétrica Barra Grande: lucro acima da vida. In: _Boletim Apufsc, nº509, 2004, pg.4e5, Florianópolis/SC.

MORAES, S. Maria. No rastro das águas: organização, liderança e representatividade dos atingidos por barragens. In: _ Política Protesto e Cidadania no Campo. As lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed.Universidade Rio Grande do Sul, 1996. pg. 137-170.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. MAB: A crise do modelo energético. Construir um outro modelo é possível. Caderno nº 6, s/data. 21 p.

MÜLLER, Arnaldo C. Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento. São Paulo: Makron Books, 1995. 412p.

MUNARIM, Antonio. Educação e esfera pública na serra catarinense: a experiência política do Plano Regional de Educação. Florianópolis, 2000. Centro de Ciências da Educação Núcleo de Publicações Universidade Federal de Santa Catarina.

NAVARRO, Zander. (Org.). Política Protesto e Cidadania no Campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Ed. Universidade Rio Grande do Sul, UFRGS. 1996

NOR, Soraya. As transformações sócio espaciais na área da Usina Hidrelétrica de Itá. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2001.

PECQUEUR, Bernard Qualité e développement territorial: l’hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. Paris, Economie Rurale, n. 261, 2001, pp.37-49.

_____. Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sul. Grenoble, Institut de Géographie Alpine, 2004.

PROCHNOW, Miriam. (Org.) Barra Grande - A hidrelétrica que não viu a floresta. Rio do Sul - SC: Apremavi, 2005. 104 pg.

REBOUÇAS, Lídia M. O planejado e o vivido. O reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema. São Paulo Anablume: Fapesp, 2000. p 18-43.

REIS, Maria J. Espaços vividos, migração compulsória, identidade: os camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Ita. 1998. Capítulo II (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP.

RICHARDSON, Jarry Roberto e colaboradores. Pesquisa Social Métodos e Técnicas. S. Paulo: Atlas, 1999.

ROTHMAN, Franklin D. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai 1979-1983 In: __. Política Protesto e Cidadania no Campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Ed. Universidade Rio Grande do Sul, UFRGS. 1996 pg. 106-136.

SABOURIN, Eric, Desenvolvimento Rural e Abordagem Territorial: conceitos, estratégias e atores. In_(Org.) SABOURIN, Eric, TEIXEIRA, O. A. Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa, 2002.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. Território e Sociedade. Entrevista com Milton Santos. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____, SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil território e sociedade no início do século XXI. 5º ed. Rio de Janeiro. Record, 2003.

SANTOS, Silvio C., NACKE, Anelise. A implantação da UHE Machadinho num cenário privatizado: um caso para reflexão. In_ BLOEMER, Neusa M.e REIS Maria J. (Org.) Hidrelétricas e populações locais. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

SANTOS, Silvio C., As hidrelétricas os índios e o direito. In_ BLOEMER, Neusa M.e REIS Maria J. (Org.) Hidrelétricas e populações locais. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

SEABRA, Odete; CARVALHO Mônica; LEITE Jose C. Território e Sociedade. Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2001.

SERRA, Maria T.F. O planejamento ambiental e social no setor elétrico brasileiro. Caderno Fundap. São Paulo- Ano 09 nº16 .1989

SIGAUD, Ligia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, ano 7, nº. 18, p. 18-22, 1992.

SIMINSKI, Aline. Atores sociais e desenvolvimento local: a participação no caso da microbacia de Nova Teutônia, Seara-SC. 2004. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOUZA, Marcelo L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In_ CASTRO, Iná; CORREA, Roberto e GOMES, Paulo César. (Org). Geografia: conceitos e temas. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

STROH, Paula Y. “As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável”. IN_ Cavalcanti, Clóvis. Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

THE OPEN UNIVERSITY. Systems Hinking and Practice: diagramming. 2and Edition. Milton Keynes: The Open University, 2002.93p.

VAINER, Carlos B. A configuração de novos espaços regionais e a emergência de novos atores políticos ou neoregionalismo de base popular: realidades e possibilidades. In_ FARRET Ricardo L. Modernidade, exclusão e a espacialidade do futuro. (Org.) Anais do VI Encontro da Anpur/Brasília 1995. Brasília: ANPUR, 1996

_____. A inserção regional dos grandes aproveitamentos hidrelétricos - uma discussão das posições emergentes no setor elétrico. In_ GOMES, Marco A. F. Velhas e Novas Legitimidades na Reestruturação do Território. (Org.) Anais do IV Encontro da Anpur/Salvador 1991. Salvador: ANPUR/UFBA. Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1993.

_____. Grandes projetos e organização territorial: os avantes do planejamento nacional. Rio de Janeiro, 1990.

VAINER, Carlos B. e ARAÚJO, Frederico Guilherme B. Grandes Projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VEIGA, José E. da. A Face Rural do Desenvolvimento; natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

Sites da Web

<http://www.baesa.com.br>

Documentos

ANEEL. Atlas da Energia Elétrica no Brasil. ANEEL, Brasília, 2002.

CONSÓRCIO NACIONAL DE ENGENHEIROS CONSULTORES S.A. - CENEC. Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai: estudo de inventário hidroenergético. Florianópolis: ELETROSUL, 1979. Relatório Geral, Vol. IV E V.

COMITÊ BRASILEIRO DE GRANDES BARRAGENS. Barragens no Brasil. Comitê Brasileiro de Grandes Barragens, 1982.

CENTRAIS GERADORAS DO SUL DO BRASIL-GERAUL; ITASA. Itá: memória de uma usina. Florianópolis: Ed. Expressão Sul, 2000. 175p.

Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina. Convenio Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC /Universidade Federal da Paraíba - UFPB - CAPES-COFECUB.

Desenvolvimento territorial: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais do estado de Santa Catarina. (Novembro 2003 a Outubro 2004) Convenio-Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC e Fundação de Ciência e Tecnologia - FUNCITEC

ENGEVIX. Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Usina Hidrelétrica de Barra Grande. Tomo I e II. Santa Catarina, 1998a.

ENGEVIX. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Usina Hidrelétrica de Barra Grande. Tomo I e II. Santa Catarina, 1998b.

ENGEVIX/FINEPE Complementação de Estudo de Impacto Ambiental - Usina Hidrelétrica de Barra Grande Vol. 01 e 02. Santa Catarina, 2004.

GEAB. Projeto Básico Ambiental (PBA). Usina Hidrelétrica de Barra Grande. Vol. 01 e 02. Santa Catarina, 2001.

IBGE Divisão de Pesquisa do Estado de Santa Catarina Setor de Documentação e Disseminação de Informações/SC 1997. Relação das Meso e Microrregiões no Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA Secretaria de Estado e do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - Índice de Desenvolvimento Social/2001 vol. 04, disponível em <http://durb.sdm.sc.gov.br>.

_____. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. Atlas Escolar de Santa Catarina. Rio de Janeiro/Aerofoto Cruzeiro,1991 96p.

_____. Plano Básico de Desenvolvimento Sócio Econômico (PBDEE) - AMURES (Associação dos Municípios da Região Serrana). Lages. 1999.

ANEXOS

ANEXO 1 - TERMO DE ACORDO PARA O REMANEJAMENTO DA POPULAÇÃO DIRETAMENTE ATINGIDA PELO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO BARRA GRANDE

ANEXO 2 - TERMO DE COMPROMISSO ENTRE INSTITUTO BRASILEIRO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA,) ENERGÉTICA BARRA GRANDE S.A.-BAESA, MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA-MME, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE-MMA, ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO-AGU, E MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ANEXO 3 - ATA DA REUNIÃO REALIZADA NA SEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE FLORIANÓPOLIS (SC), EM DEZEMBRO DE 2004

ANEXO 4 - TERMO DE COMPROMISSO ENTRE MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, BAESA E PREFEITURAS DE ALGUNS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELA UHE BARRA GRANDE

ANEXO 5 - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS